

1989

A Política

OS EMPRESÁRIOS E AS ELEIÇÕES

Os empresários brasileiros mostram-se naturalmente perplexos e confusos diante da eleição presidencial que se aproxima. A origem dessa perplexidade é muito simples: porque são a classe dominante, porque fazem parte das classes dirigentes, pretendem ter um peso decisivo na escolha do novo presidente, mas não vêm como operacionalizar esse objetivo. Definem o perfil do seu presidente "ideal", mas verificam que os candidatos com maiores probabilidades de vitória afastam-se muito do modelo. Reúnem-se, discutem, pensam em atuar em grupo, quase como um partido, imaginando que terão uma enorme influência na eleição, mas logo dão-se conta de que não é tão simples assim operacionalizar essa história de "classe dirigente" ou de "classe dominante".

E não é mesmo. Não há dúvida que os empresários, ou, mais amplamente, que a burguesia é a classe dominante no Brasil, ou seja, é a classe que, controlando a grande massa dos meios de produção e comunicação no país, tem condições de definir os valores e crenças predominantes no país de forma a legitimar sua própria posição enquanto classe. E não há dúvida também que os empresários são uma parte importante das classes dirigentes brasileiras, ou seja, das elites que influenciam direta ou indiretamente o governo.

A própria distinção entre classe dominante e classes dirigentes, entretanto, já sugere os limites do poder dos empresários. Enquanto classe dominante, eles controlam diretamente a produção ao nível das empresas e estabelecem os parâmetros ideológicos básicos da sociedade brasileira; enquanto parte da classe dirigente, têm uma influência direta mas limitada no governo.

As classes dirigentes são mais amplas do que o empresariado. São a forma através da qual se expressa a sociedade civil. Além dos empresários, incluem os políticos profissionais, os intelectuais inclusive os jornalistas, os tecnoburocratas inclusive os militares, os líderes sindicais. Quanto mais democrático for um sistema político, mais ampla e diversificada será sua sociedade civil, mais dividido será o poder entre os integrantes das classes dirigentes.

O Brasil está longe de possuir um sistema político claramente democrático, mas seu estágio de desenvolvimento econômico e social é suficientemente avançado para possuir classes dirigentes que não podem ser identificadas a uma oligarquia de proprietários. A própria burguesia brasileira não se confunde com uma oligarquia, não apenas porque divide o poder com a tecnoburocracia e os trabalhadores, mas também porque ela própria é uma classe ampla e diversificada.

Não há dúvida de que, em uma sociedade de classes, o conceito de cidadania, segundo o qual cada cidadão tem direito a um voto e portanto é igual aos demais perante a lei, é limitado como a nossa própria democracia é limitada. Mas se temos hoje um sistema político basicamente democrático, que corresponde aproximadamente a um determinado estágio de desenvolvimento econômico e social, o poder dos empresários na escolha de um presidente é por definição também limitado.

Os empresários têm o poder de veto sobre candidatos excessivamente à esquerda. Lula dificilmente será eleito presidente porque contraria de forma muito direta os interesses e os valores básicos da sociedade burguesa brasileira. Não têm, entretanto, condições de influenciar de maneira decisiva quem será eleito. Se por acaso fizerem uma opção muito clara por um candidato, isto representará antes um ônus do que uma vantagem eleitoral para esse candidato.

Mas, uma vez eleito o novo presidente, ele só poderá governar se contar com um certo apoio da burguesia. É nesse momento, e não no da eleição, que se manifesta o caráter de classe dominante da burguesia. Um presidente eleito que não conte com um razoável apoio da burguesia ver-se-á muito rapidamente às voltas com uma crise de legitimidade e de governabilidade. O novo presidente não precisa estar militantemente a serviço da burguesia. Se for um político reformista, de centro-esquerda, poderá inclusive ter uma atitude crítica em relação aos setores especulativos e rentistas da burguesia. Mas não poderá pensar em governar o país sem a participação dos empresários. (*Isto É-Senhor*, 1 de março de 1989).

UMA PLATAFORMA SOCIAL DEMOCRATA

O Brasil só poderá se transformar em uma sociedade democrática moderna se for capaz de evitar os erros do populismo nacionalista e estatizante de uma certa esquerda e os equívocos do conservadorismo liberal e subordinado aos interesses estrangeiros de amplos setores da direita (auto-denominada de "centro"). Tanto a esquerda populista, que propõe não pagar a dívida externa para aumentar os salários e o consumo interno, quanto a direita ultra-liberal que insiste em pagar uma dívida que não pode ser paga ou que propõe uma liberalização total da economia brasileira que destruiria sua indústria, não têm

condições de, no governo, resolver a gravíssima crise econômica que reduziu o Brasil à estagnação e à inflação nos anos 80.

Esta crise só poderá ser superada por um governo de centro-esquerda ou de centro-direita, que, de forma pragmática e moderna, enfrente com coragem e determinação esta crise. A plataforma do governo de centro-esquerda que tem condições de realizar esta tarefa acaba de ser elaborada pela Comissão Diretora do PSDB. Seu relator foi Fernando Henrique Cardoso; servirá agora de base para a campanha à presidência da República de Mario Covas.

Esta plataforma de governo não fica em generalidades, tão comuns nesse tipo de documento. E não faz concessões ao populismo. O Brasil enfrenta hoje uma crise econômica sem precedentes, e o PSDB deixa claro que não será possível superar essa crise sem sacrifícios. Passo, a partir deste momento, a palavra ao próprio documento.

"A estagnação da economia brasileira, fortemente condicionada, no curto prazo, pela inflação aguda, tem suas origens na inversão perversa das relações de poupança dos setores externos e públicos... As causas da retração do crescimento são profundas e interrelacionadas... A poupança do governo caiu de 6 por cento do PIB em 1970 para menos 2 por cento em 1988. É preciso ter claro que sem resolver essa crise financeira do estado, de forma decidida e corajosa, o Brasil não superará a crise econômica".

"A retomada do crescimento, com abertura da economia, sem política de estabilização e sem reforço dos investimentos (e portanto do mercado interno) representaria um atalho da estagnação atual para o retrocesso econômico... A solução da crise fiscal não é simples. A proposta do PSDB para enfrentar a crise fiscal não deseja combinar "moratória externa" com incremento dos gastos internos, o que corresponderia a uma política populista. Trata-se de controlar gastos públicos para diminuir a pressão sobre o Tesouro e aumentar a receita tributária líquida pelo corte de subsídios e incentivos."

"O nível atual de transferência de recursos para o pagamento da dívida externa é incompatível com a estabilização da economia e com o desenvolvimento do país. Sua redução é impostergável... Nas condições de hoje, a redução da dívida seria de mais de 50 por cento de seu valor nominal... O encaminhamento desta questão é eminentemente político... O PSDB encarará as alternativas concretas que vierem a se apresentar oportunamente, desde uma eventual moratória até as várias formas de securitização da dívida".

"Neste fim de século XX, a competitividade internacional baseia-se na introdução de elevado coeficiente tecnológico na produção... Esse tipo de desenvolvimento difere tanto do modelo de substituição de importações como de outro, que seria inviável, à base de exportações produzidas por mão-de-obra barata. A distinção entre a produção para o mercado interno e a produção para

o mercado externo deve diminuir progressivamente, tanto em termos de avanço tecnológico como no nível de salários... Deve-se visar uma abertura seletiva da economia nacional à competição externa. Exportar para importar: dentro da estratégia proposta, as divisas geradas pela exportação, ao invés de serem totalmente "queimadas" no pagamento da dívida externa, devem permitir importações".

"O PSDB sustentará programas de privatização. Essa privatização será seletiva. É melhor fechar empresas do que o Estado assumir seu passivo para doá-las, como se fossem "cartórios modernos", a setores privados que não investirão nela... Onde for correto privatizar, o PSDB privatizará". (*O Estado de São Paulo*, 7 de março de 1989).

PROGRAMA E CANDIDATURA

A candidatura do Senador Mário Covas à presidência da República sai fortalecida e assume contornos ideológicos e pragmáticos claros a partir do I Congresso Nacional do PSDB. Aos poucos vai se tornando claro que a grande força dessa candidatura está no fato de ela representar a garantia da consolidação da transição democrática deste país com estabilidade econômica e social.

Mário Covas, desde o final do ano passado, vinha insistindo que só iniciaria sua campanha quando o programa do partido fosse aprovado. Com isto ele queria afirmar que sua candidatura não seria baseada em sua própria personalidade e em orientações vagas, mas em um compromisso claro e transparente com um programa. E assim ele reafirmava seu repúdio ao populismo político personalista. ^

O programa aprovado, por sua vez, representa um forte repúdio ao populismo econômico. Na medida em que se trata de um partido social-democrata, enfatiza-se a prioridade da distribuição da renda e denuncia-se a inaceitável concentração de renda do país. Mas não se admite um distributivismo ingênuo - a característica fundamental do populismo econômico - que acredita ser possível elevar fortemente os salários a curto prazo sem que isto não resulte em maior inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos. As experiências trágicas do Chile de Allende, do Peru de Alan Garcia e do Plano Cruzado estão presentes em todos os debates.

O programa faz um diagnóstico preciso da natureza da crise econômica dos anos oitenta. Trata-se essencialmente de uma crise fiscal, originada no processo de endividamento externo dos anos oitenta, e que tem como consequência a redução da capacidade de poupança e investimento do país, a estagnação da renda por habitante e a elevação da taxa de inflação para níveis altíssimos.

E a partir desse diagnóstico, o programa define as diretrizes básicas de curto e médio prazo, para enfrentar os problemas gerais e setoriais da economia e da sociedade brasileira. Temas fundamentais são então analisados: a crise fiscal, a dívida externa, a abertura comercial, o Estado e a economia, o capital estrangeiro, a política industrial e tecnológica, a política agrícola, a política científica e educacional, o desenvolvimento regional, a reforma do Estado e da administração.

Com este programa como base, Mário Covas terá agora condições ainda maiores de contrastar o sentido de sua candidatura com as dos demais candidatos, que se perdem, ou no radicalismo, ou no populismo, ou na indefinição, ou na corrupção, ou no comprometimento com o governo federal. Em lugar disto, Mário Covas oferece não apenas uma história pessoal de homem público, mas um programa partidário que representa um compromisso possível e realista com a sociedade brasileira e que define as estratégias ou diretrizes fundamentais que adotará para enfrentar a crise sem precedentes que vive o país. (*Istoé-Senhor*, 12 de abril de 1989)

PLATAFORMAS E POPULISMO

Alguns candidatos à presidência da República insistem que deve haver uma distinção entre a sua plataforma eleitoral e o programa de seu partido. A plataforma seria um documento voltado para os problemas concretos que o candidato deverá enfrentar caso eleito, enquanto o programa do partido conteria definições ideológicas de longo prazo. A distinção parece razoável, mas, na verdade, não passa de mais uma forma de expressão do populismo que grassa neste país. Na plataforma é possível prometer tudo, atender a todos, fazer todas as concessões possíveis e imagináveis. No programa seria mais difícil fazer o mesmo, seja porque a maioria dos programas partidários são meros documentos formais, seja porque, nos raros casos em que existe de fato um

programa, não seria nele que se poderiam fazer todas as promessas eleitorais "necessárias".

Coloquei entre aspas o adjetivo "necessárias" porque este é um problema que precisa ser resolvido no Brasil. Há um número enorme de pessoas neste país que estão convencidas que só é possível a um presidente ser eleito se usar extensivamente do populismo ou da demagogia. Alguns adotam essa posição por cinismo - para justificar sua própria ação ou de seus comparsas -, mas a maioria dos que pensam assim é constituída de cidadãos da melhor qualidade moral que adotam essa crença a partir de um profundo pessimismo em relação à política no Brasil.

No Congresso Nacional do PSDB, que aprovou o programa do partido para as próximas eleições, surgiu essa questão. Algumas pessoas sugeriam que o documento que estava em discussão era "sério demais" e que seria, depois, necessário preparar uma plataforma de governo "mais popular", ou seja, mais demagógica. Essa proposta, entretanto, não prosperou. A posição do senador Mário Covas a respeito era bem conhecida: esse programa, a ser discutido e aprovado por todo partido, evitou qualquer tipo de populismo e será a base de sua campanha eleitoral. Certamente serão preparadas versões mais simplificadas do programa, de entendimento mais fácil para os eleitores, mas não se farão promessas ou concessões em desacordo com o programa básico aprovado.

Diante dessa orientação do PSDB e de Mário Covas tenho ouvido com frequência - exatamente daqueles cidadãos pessimistas - a seguinte frase: "mas assim Covas não se elegerá; o populismo pode ser de esquerda, a la Brizola, ou de direita, a la Jânio ou Quércia, mas é necessário para quem queira ser eleito".

Admito que o populismo - inclusive o populismo ideológico a la Lula, com promessas de grandes aumentos salariais logo após a eleição - ainda tem muito espaço no Brasil. Mas discordo que apenas o populismo ou a demagogia ganhem eleições. Desde 1974 o MDB e depois o PMDB - enquanto não estava ainda desmoralizado - ganharam eleições e mais eleições sem recurso ao populismo. A vitória dos candidatos do PT nas últimas eleições municipais certamente não foi uma manifestação populista.

Não há dúvida que o Brasil é ainda um país subdesenvolvido politicamente, que a cidadania é ainda incipiente, mas é um erro subestimar a capacidade de decisão do eleitor brasileiro. O número de eleitores que vota por motivos clientelistas para presidente da República é muito pequeno e cada vez torna-se menor. Cada eleitor vota segundo suas convicções. Ele pode ser enganado - já o foi no passado, certamente o será no futuro - mas ele está cada vez mais prevenido contra as mentiras. Ainda recentemente ouvi um jovem declarar para uma rádio que votaria naquele candidato que não fizesse promessas irrealizáveis. O PSDB e Mário Covas, ao identificarem plataforma

com programa de partido, ao se lançarem em uma campanha eleitoral sem recorrer ao populismo, estão apostando no eleitor brasileiro enquanto cidadão. Certamente assim Mário Covas perderá alguns votos, mas ganhará mais do que perderá. E - de qualquer forma - de que vale fazer política se não for para apostar em uma consciência política cada vez maior do povo brasileiro? (*Isto é - Senhor*, 19 de abril de 1989).

DÍLSON FUNARO: HOMEM PÚBLICO

Uma vez li um ensaio que muito me impressionou, de Lucien Lefebvre, em que ele definia o que era o homem público, o homem de Estado, que ele distinguia com precisão do homem do Estado. Este aceita e legitima o Estado, aquele o põe em questão, criticando e se propondo a reformar as instituições políticas. Pois bem, Dilson Funaro foi antes de mais nada um homem público, um homem de Estado, um líder natural cuja vida foi sempre voltada para o público, para o político, para a gestão reformadora do Estado, para o governo da Nação. E sempre com um sentido de missão, de tarefa a cumprir, em que as qualidades pessoais e a vontade de poder eram apenas instrumentos de uma tarefa maior de construção ou de salvação nacional. A morte de Dilson Funaro é uma óbvia perda para este país, especialmente em um momento em suas elites estão tão desorientadas, incapazes de definir um projeto nacional em meio a uma crise econômica e política que se arrasta e se aprofunda há dez anos.

Conheci Dilson ainda quando éramos muito jovens, mas só me tornei seu amigo nos anos setenta, através de um grande amigo comum, Eduardo Suplicy. Dilson era casado com uma das irmãs de Eduardo, Ana Maria, e nos encontrávamos geralmente na casa de Eduardo, para longas conversas sobre a economia. Dilson raramente brincava ou sorria. Estava sempre sério, discutindo projetos para o desenvolvimento, criticando a política econômica monetarista, exigindo uma distribuição de renda mais justa. Suas duas indignações permanentes eram contra as altas taxas de juros que oneravam o investimento produtivo privado - naquele tempo o Estado não era ainda o grande endividado - e contra todos os tipos de especulação.

Estivemos muito próximos em 1980, no primeiro ano de funcionamento do Conselho de Economia da FIESP, e saímos juntos no final do ano por não concordar com o decidido apoio que a então presidência da FIESP dava à política econômica do governo. Engenheiro e notável empresário, seus

conhecimentos de teoria econômica eram necessariamente limitados. Possuía, entretanto, um conhecimento prático da economia brasileira, que compensava amplamente essa deficiência. Sua visão da teoria econômica refletia, em boa parte, os acertos e os erros de uma espécie de senso comum progressista e moderadamente nacionalista que sempre dominou amplos setores da sociedade brasileira.

Reencontramo-nos novamente, eu já no governo Montoro, ele na iniciativa privada e agora muito próximo a Ulysses Guimarães, na luta pela redemocratização e a eleição de Tancredo Neves. A presidência do BNDES e depois o Ministério da Fazenda foram dois postos aos quais ascendeu em seguida muito naturalmente, sempre com o meu mais decidido apoio.

No Ministério da Fazenda Dilson encontrava finalmente a oportunidade de tornar realidade a sua própria missão de homem público. E houve dois momentos altos, em que a coragem que caracteriza os verdadeiros homens de Estado foi demonstrada: o Plano Cruzado, em janeiro de 1986, e a moratória, em fevereiro de 1987. O Plano Cruzado afinal falhou, e alguma responsabilidade ele teve também por isso. Mas certamente não a maior responsabilidade. O primeiro erro da administração do plano foi querer estender o congelamento indefinidamente. Dilson, três meses depois do decreto quis começar o descongelamento. Foi impedido. O grande problema do Cruzado foi não lograr reduzir o déficit público. Dilson, em julho de 1986, tentou um empréstimo compulsório, que afinal foi reduzido a cerca de um terço pelo Planalto. Finalmente, quando o Plano Cruzado entrou em crise e as reservas brasileiras diminuíram perigosamente, houve a decisão da moratória. O ideal seria que ela tivesse sido decretada antes, quando a situação cambial era melhor. Uma moratória é plenamente justificada, necessária mesmo, como instrumento de negociação. Mas, sem dúvida, foi necessária coragem para decretá-la em um país em que o medo dos credores é uma constante. E essa moratória foi essencial para que eu - que, quis o destino, vim a substituir Dilson no Ministério, pudesse fazer as propostas apoiado por minha equipe e negociar com altaneira como comecei a negociar com os bancos e principalmente com os bancos credores.

De volta à vida privada Dilson Funaro continuou antes de mais nada um homem público. Constatou o comprometimento do seu partido, o PMDB, com um governo que - como foi ficando evidente a partir da decisão do Presidente Sarney pelos cinco anos, em maio de 1987 - se revelou incapaz de cumprir os compromissos estabelecidos com a sociedade brasileira quando se formou o grande pacto social que elegeu Tancredo para a presidência. Por isso tomou a decisão de sair do PMDB para ajudar a fundar o PSDB. Agora sua missão teve que ser interrompida. Fica, entretanto, seu testemunho de fé neste país, no seu

povo, nos seus companheiros empresários, nos políticos que como ele entendem a política como a ação de homens públicos, de homens de Estado. (*Folha de S.Paulo*, 14 de abril de 1989).

TAREFAS DO CONGRESSO

O Brasil vive hoje uma crise econômica estrutural sem precedentes e está neste momento ameaçado de uma crise aguda devido às dificuldades por que está passando o Plano Verão. A crise econômica estrutural é definida pela estagnação da renda por habitante desde 1980, pela redução da capacidade de poupança e investimento do país e pelas altíssimas taxas de inflação. A crise aguda sobrevirá caso o governo não consiga promover de forma suave, sem traumas, o descongelamento do Plano Verão. Os erros que envolveram esse plano - especialmente a decisão de desindexar totalmente a economia, no estilo do Plano Cruzado, quando o governo não tinha condições para eliminar de vez o déficit público e reduzir pela metade a dívida externa - não nos permitem ser otimistas em relação ao processo de descongelamento. A sociedade brasileira em geral e particularmente o Congresso Nacional, poderão, entretanto, ter um papel positivo em ajudar o executivo a sair do Plano Verão sem uma explosão das taxas de inflação.

O poder executivo tem acusado com insistência o Congresso de ser o culpado pelas dificuldades do Plano Verão. A acusação é certamente injusta. Mas não há dúvida de que não se observa nas duas casas do Congresso uma consciência clara da gravidade da crise. A aprovação da inclusão da ferrovia Norte-Sul no orçamento, a recriação de órgãos do governo extintos, os subsídios e incentivos (renúncias fiscais) que continuam a se garantir a toda uma série de setores e regiões, a perspectiva imediata de dobrar o salário mínimo são sinais de uma atitude populista, que não nos ajudarão a sair da crise.

O populismo fisiológico é, aliás, também um mal por excelência do executivo, que, no entanto, o combina de forma contraditória com uma ortodoxia de direita equivocada, cujos exemplos mais recentes foram o acordo sobre a dívida externa, a desindexação da economia através da extinção da OTN, a taxa de juros do Plano Verão, e a tentativa de arrocho salarial em curso.

A curto prazo a melhor coisa que o Congresso pode fazer para evitar a crise aguda que nos ameaça é aprovar o projeto de lei sobre indexação de

salários do deputado Osmundo Rebouças, e estabelecer uma um sistema de aumento real do piso nacional de salários gradual mas efetivo. O projeto Osmundo Rebouças assegura, nas atuais circunstâncias, ajustes mensais aos trabalhadores, garante razoavelmente a manutenção do salário médio real e ao mesmo tempo contém um pequeno freio à aceleração inflacionária. Este não é o caso da fórmula alternativa mais óbvia - a correção mensal plena dos salários.

A médio prazo o Congresso Nacional deverá preocupar-se, primeiro, em dar respaldo ao novo governo que se instalará no próximo ano para que este possa, nos primeiros meses de 1990, resolver o problema da dívida externa e realizar o ajuste fiscal que produza um superávit fiscal, e, em seguida, promover as reformas estruturais que acelerem o processo de privatização das empresas públicas, que permitam uma maior liberalização do comércio internacional, que garantam um caráter mais progressivo para o sistema tributário, que promovam o aumento das despesas sociais e dos gastos com ciência e tecnologia. Só assim o Brasil poderá retomar o desenvolvimento e começar efetivamente a corrigir as imensas injustiças sociais existentes neste país.

A POLARIZAÇÃO PROVÁVEL

O quadro sucessório está agora praticamente definido. Já sabemos quem são os candidatos e as últimas pesquisas de opinião pública definem a posição dos contendores no momento da largada. Temos na linha de frente três candidatos - Brizola, Lula e Collor -, na segunda, Covas e Ulysses, e na terceira os demais. Este quadro deverá ainda sofrer alterações substanciais, mas a partir dele é possível fazer-se uma primeira análise, tendo como referência a profunda crise em que está imersa a economia e o Estado Brasileiro.

Apesar de toda a confusão reinante no país, que naturalmente se reflete na tomada de posição de cada eleitor, parece evidente que os setores mais representativos e influentes da sociedade brasileira - setores burgueses, de classe média e de trabalhadores - estão muito insatisfeitos com a perspectiva de que dois dos três primeiros colocados no momento passem do primeiro para o segundo turno. Collor é um populista de direita, Brizola, um populista de esquerda, Lula, um candidato da esquerda excessivamente comprometido com o corporativismo sindical e com posições radicais de esquerda que apenas recentemente começaram a ser moderadas. Nenhum dos três oferece um

mínimo de segurança para a Nação num momento em que segurança, estabilidade são mais necessários do que nunca.

Diante dessas perspectivas parece razoável prever que amplos setores de centro-esquerda e de centro-direita tentarão, ainda no primeiro turno, definir um candidato que tenha condições de polarizar as atenções do eleitorado com um dos três hoje na dianteira. Ora, os candidatos que hoje têm melhores condições para desempenhar esse papel são Mário Covas e Ulysses Guimarães.

O dr. Ulysses tem a seu favor ter sido o principal líder da oposição democrática durante o período autoritário e contar com o apoio de um partido nacional e da grande maioria dos governadores. Mas, apesar de suas qualidades pessoais, tem contra si uma enorme rejeição popular causada pelo apoio que deu ao presidente Sarney e à tese dos cinco anos. Nesse processo fisiológico de participação em um governo que alcançou os maiores índices de impopularidade de que se tem notícia no Brasil, o PMDB desmoralizou-se. A reaproximação de Ulysses Guimarães dos setores mais ideologicamente definidos do PMDB, através da escolha de Waldir Pires para a vice-presidência, não mudará substancialmente esse quadro, já que sua aliança básica continua a ser feita com os setores clientelistas de centro-direita do partido.

Mário Covas, por sua vez, tem contra si ainda não ser muito conhecido nacionalmente e o PSDB ser um partido recém-fundado, embora já tenha a terceira bancada no Congresso. A seu favor, entretanto, temos um conjunto de fatores muito fortes. Teve sempre grandes votações nas eleições das quais participou. Tem uma grande capacidade oratória, inclusive na televisão, como pode ser novamente comprovado no recente programa do PSDB. Realizou uma administração exemplar na Prefeitura de São Paulo da qual derivou grande popularidade; essa popularidade é especialmente grande na periferia da cidade que recebeu tratamento prioritário. Na Assembléia Constituinte, teve papel decisivo na definição de uma constituição progressista e equilibrada. No Congresso foi o líder mais importante da campanha contra os cinco anos de Sarney. Teve sempre uma carreira pública moralmente acima de qualquer suspeita. Projeta uma imagem de segurança e autoridade. Tem claros compromissos com os trabalhadores e com uma posição ideológica de centro-esquerda, social-democrata. O PSDB, sob sua liderança, aprovou um programa objetivo e corajoso, que enfrenta com clareza os principais problemas econômicos e sociais do país e oferece diretrizes claras para sua solução.

Ora, essas suas qualidades tornam Mário Covas um candidato especialmente capacitado para polarizar os votos da centro-esquerda e da centro-direita no Brasil. É ele quem tem condições ideais para realizar o grande acordo social de que o país necessita, e, ao mesmo tempo, tomar as medidas econômicas necessárias em relação à dívida externa e ao déficit público - medidas muitas vezes duras - que permitirão ao Brasil sair da crise em que se encontra.

Minha previsão, portanto, é a de que essa polarização se dará em torno de Mário Covas e não em torno de Ulysses Guimarães. Nos próximos dois meses, em função das prévias eleitorais, esse quadro já deverá estar bem mais definido. (*Isto É-Senhor*, 24 de maio de 1989).

O MISTÉRIO DA CANDIDATURA COVAS

Há um mistério na candidatura de Mário Covas à presidência da República. Ou um aparente mistério. Recentemente foi realizada uma ampla pesquisa entre empresários paulistas; seu nome foi vitorioso, apesar das reservas dos empresários quanto à sua liderança de centro-esquerda nos trabalhos da constituinte. Mais recentemente, depois do estouro nas pesquisas da candidatura de Collor de Mello, os jornalistas de Brasília jantaram com esse candidato e em seguida fizeram uma pesquisa entre eles próprios: Mário Covas apareceu de longe em primeiro lugar, ficando para o anfitrião que acabara de deixar o local apenas o segundo lugar. Nas conversas que mantenho com as mais variadas pessoas - economistas, empresários, jornalistas, intelectuais dos mais variados tipos - a atitude é sempre favorável a Mário Covas. É o homem íntegro e firme, é o político corajoso, é o administrador competente, é o candidato com melhor equipe e programa mais completo, sem concessões ao populismo. Mas surge imediatamente a pergunta: por que sua candidatura não cresce?

Há, assim, uma curiosa contradição. Setores muito amplos das classes médias e altas, que formam a opinião pública brasileira, têm uma atitude favorável a Covas. Percebem que ele é o melhor candidato, que é o candidato que com autoridade moral para restabelecer as finanças públicas e a credibilidade do governo, que é o líder político com condições de fazer o grande acordo social entre trabalhadores, empresários e classes médias, essencial para que o país saia da gravíssima crise atual. Mas não se decidem definitivamente a apoiá-lo, porque querem apostar em um candidato com condições de vitória.

Essa atitude das elites é claramente oportunista. Se acreditam que Mário Covas - ou qualquer outro candidato - é o melhor, tratem de apoiá-lo agora. Tratem de se engajar de alguma forma na campanha política do candidato. Esse é o dever de verdadeiros cidadãos. O voto útil é perfeitamente defensável e certamente será usado ainda para o primeiro turno desta eleições. A sociedade deverá escolher nas vésperas do primeiro turno qual o candidato que tem melhores condições de derrotar o populismo de direita de Collor e o populismo

de esquerda de Brizola. No momento, porém, voto útil tem outro nome: é voto oportunista, é voto de quem só quer se engajar em uma campanha depois de ter uma razoável segurança quanto às possibilidades de vitória do candidato escolhido.

Mário Covas tem grandes possibilidades de vitória. O fato de que tanta gente esteja preocupada pelo fato de que sua candidatura ainda não deslanchou nas pesquisas é uma clara indicação deste fato. O "mistério" de tanto apoio que não se transforma em maiores percentagens nas pesquisas eleitorais não é mistério algum. Mário Covas está fazendo uma campanha que busca a adesão dos eleitores na base de convicção. Por enquanto a maioria dos votos está sendo dada, principalmente a Collor, por "feeling", não por convicção. Mas a campanha está apenas começando. E é preciso não subestimar o eleitor brasileiro. Ele está tão desorientado quanto indignado. Sua desorientação será reduzida no decorrer da campanha; sua convicção e sua indignação só crescerão. (*Isto É-Senhor*, 7 de junho de 1989).

O TERROR NA CHINA

O terror na China - a condenação à morte de estudantes e trabalhadores que participaram da recente revolta estudantil a favor da democracia - é obviamente mais um sinal do fracasso do comunismo, ou mais precisamente, do estatismo, em garantir os direitos políticos básicos a seus cidadãos. Diante do desafio - certamente imprudente, dado o desequilíbrio das forças - dos estudantes que se concentraram na praça da Paz Celestial, em Pequim, o governo acabou reagindo com inacreditável violência, massacrando centenas de manifestantes, e agora dedica-se a reprimir de forma sanguinária os participantes mais visíveis do movimento, ao mesmo tempo que se lança em uma campanha ideológica interna para demonstrar o caráter "contra-revolucionário" do movimento estudantil.

Está, entretanto, longe de ser óbvia a resposta a uma pergunta fundamental que é necessário fazer diante do terror chinês: até que ponto é possível para uma sociedade estatal realizar pacificamente a transição para a democracia e para formas mais próximas do capitalismo? Esta pergunta se coloca não apenas porque existe uma posição teórica que nega essa possibilidade (é a visão adotada especialmente por Alexandre Zinoviev), mas também porque há dez anos teve início, na China, com grande êxito econômico, sob a liderança

do mesmo Deng Chao Ping que agora ordena a repressão, a política das "quatro modernizações", que está descentralizando a economia chinesa, abrindo suas fronteiras para o capital externo, e introduzindo no país formas crescentemente capitalistas de produção.

A posição de Zinoviev vem sendo negada na União Soviética, com a *glasnost* e a *perestroika*, vem sendo negada na Polônia, onde o sindicato Solidarnosc foi reconhecido, transformou-se em partido político e ganhou as eleições, na Hungria, onde as reformas políticas e econômicas estão avançadíssimas, com instituições tipicamente capitalistas misturando-se com as estatais de uma forma que seria impossível imaginar há alguns anos atrás.

Por que, então, esse enorme retrocesso político na China? Talvez a melhor explicação seja a de que a transformação econômica na China não foi acompanhada por transformação política. Afinal Deng sempre foi, na China, o príncipe da tecnoburocracia. A grande luta de Mao Tse-Tung no final de sua vida foi a luta contra a tecnoburocracia, contra o estatismo, que Deng representava. Nessa luta, cuja manifestação foi a Revolução Cultural, Mao equivocou-se. Imaginou que estava realmente fazendo uma nova revolução e por isso usou de uma violência, de um enorme autoritarismo, ao mesmo tempo que descuidava da parte econômica.

Mao fracassou em sua última tentativa. Foi vitorioso Deng. Foi vitoriosa a tecnoburocracia, que, em nome da eficiência - que tanto preza mas raramente logra - decidiu abrir a economia chinesa para o ocidente. Mas era apenas em nome da eficiência. Nada tinha a ver com a democracia, com os os valores políticos que têm na liberdade um fim em si mesmo, tão importante quanto o bem-estar e a igualdade social. Por isso, quando a reforma econômica despertou nos estudantes e em uma parte do povo chinês a esperança na democracia, veio a repressão tecnoburocrática.

Fica assim mais uma vez demonstrado que reforma econômica só pode ser plenamente bem sucedida se acompanhada por correspondente reforma política em direção à democracia. Isto vale tanto para o estatismo quanto valeu no passado para o capitalismo. Este começou de forma autoritária e elitista. Só depois de uma longa luta política tornou-se democrático. O estatismo terá que descentralizar-se economicamente e aproximar-se de formas capitalistas para tornar-se democrático, mas a democracia só será alcançada nos países hoje comunistas se, ao mesmo tempo e de forma autônoma, a reforma política democrática for buscada. (*Isto É-Senhor*, 5 de julho de 1989).

ESQUERDA MODERNA

O discurso de Mário Covas no Senado na última semana tem um sentido fundamental: significa que a esquerda moderna tem um candidato à presidência da República. Em seu discurso o candidato do PSDB mantém-se fiel aos compromissos de centro-esquerda com uma distribuição de renda mais justa e com uma democracia que se estenda a todos os setores da sociedade, mas, sem adotar um liberalismo tolo e um internacionalismo incompatível com o interesse nacional, rompe com duas ideologias que sempre identificaram a esquerda: o estatismo e o nacionalismo.

Na verdade o estatismo e o nacionalismo não são prerrogativas da esquerda; são antes as formas de que se reveste o populismo tanto de direita quanto de esquerda - populismo esse que, acima de tudo, se caracteriza pela promessa ou pela expectativa de bem estar sem custos, de desenvolvimento e estabilidade de preços sem sacrifícios.

O populismo de direita é antes de mais nada desenvolvimentista; usa do nacionalismo e do estatismo como instrumentos para alcançar o desenvolvimento, embora freqüentemente os governos populistas de direita adotem um discurso liberal extremado e acabem subordinando inteiramente os interesses nacionais aos estrangeiros.

Já o populismo de esquerda é desenvolvimentista e marcado por um distributivismo ingênuo. Em nome do desenvolvimento a esquerda tradicional adota o nacionalismo, e em nome do socialismo (ou da distribuição de renda), o estatismo. Em seu desenvolvimentismo, o populismo de esquerda se assemelha muito ao de direita: pretende alcançar o desenvolvimento de forma mágica, através do aumento da demanda. A diferença está no fato de que o populismo de esquerda pretende aumentar a demanda através do aumento dos salários (e assim, também lograr a distribuição de renda de forma direta e fácil), enquanto que o de direita pensa no aumento de demanda em termos de aumento de consumo e de investimentos.

A centro-esquerda tradicional brasileira, que o PMDB, o PT e o PDT representavam, estiveram sempre identificados com esse populismo de esquerda estatista e nacionalista. Seu populismo era freqüentemente inconsciente. Muitas vezes seus representantes criticavam nos outros um populismo que não viam em si mesmos.

Nos últimos anos, entretanto, começou a surgir uma esquerda moderna, que sabe perfeitamente que uma política econômica progressista não se caracteriza pelo seu nacionalismo e pelo estatismo, mas pela prioridade à distribuição de renda e a convicção de que a intervenção do Estado na economia,

embora deva ser limitada, é imprescindível para que se possa haver distribuição de renda mais justa e desenvolvimento.

Essa esquerda moderna, que o discurso de Mário Covas e o programa do PSDB recentemente aprovado espelham tão bem, identifica uma crise fiscal na raiz da crise econômica brasileira e propõe remédios amargos para superar essa crise. Mais do que isto, esta esquerda moderna tem bem presente para si que o modelo de Estado (protecionista, subsidiador e investidor direto) que presidiu o desenvolvimento brasileiro desde 1930 esgotou-se em 1980, necessitando com urgência de reformulação. E que, nessa reformulação, a privatização das empresas públicas e a liberalização comercial externa são fundamentais. Através desses instrumentos e de uma política fiscal visando a curto prazo o superávit público será possível sanear as finanças do Estado. Só então o próprio Estado, em conjunto com o empresariado privado, poderá conduzir o país a uma nova etapa de desenvolvimento. (*IstoÉ-Senhor*, 12 de julho de 1989).

O COMEÇO DA ARRANCADA

A candidatura de Collor parou de subir e começou a apresentar sinais de declínio exatamente no momento em que Mário Covas pronunciou seu histórico discurso no Senado e em seguida foi indicado pela convenção do PSDB, tendo como companheiro de chapa Roberto Magalhães. Nesse mesmo momento a candidatura de Covas, que, comparativamente aos outros candidatos, havia caído muito pouco devido à onda Collor, voltou a crescer.

O declínio de Collor não pode obviamente ser relacionado com os fatos novos da candidatura Covas. A única coisa que pode ser dito é a de que temos aí uma coincidência muito significativa. Já em relação ao início do crescimento de Covas, não há dúvida de que está ligado ao discurso no Senado definindo uma posição de centro-esquerda moderna, efetivamente social-democrata. A posição que Covas adotou nesse discurso já estava no programa do partido, que ele ajudou a formular entre janeiro e maio deste ano. Mas a colocação clara dessas idéias pelo próprio candidato - todas elas relacionadas com a crise do Estado e a necessidade de reformular a sua atuação através de um choque capitalista - teve um efeito propagador da maior importância.

Já a participação de um dos melhores políticos que o Nordeste produziu nos últimos anos - Roberto Magalhães - em sua chapa ainda não se traduziu em

intenções de voto no momento em que escrevo este artigo, mas certamente já estará tendo esse efeito quando este mesmo artigo estiver sendo lido. Foi uma decisão controversa dentro do partido, menos pelo conteúdo ideológico do candidato à vice-presidência e mais por problemas regionais envolvidos e principalmente pela forma pela qual o candidato foi escolhido, sem que houvesse tempo para uma efetiva consulta às bases do partido. A controvérsia, entretanto, depois de tensa e intensamente discutida durante a convenção do partido, aportou a uma solução de unidade e congraçamento, que certamente fará o PSDB sair fortalecido desse episódio.

Mário Covas tem agora todas as condições para iniciar a arrancada que o transformará na alternativa real ao populismo vazio de Collor. O desmascaramento desse candidato está em pleno processo. A desvinculação entre o seu discurso e a realidade vai ficando cada vez mais evidente. É provável que não haja tempo para que esse desmascaramento complete o seu ciclo, excluindo-o inclusive do primeiro turno. Mas diante de um Mário Covas suas chances serão mínimas no segundo turno.

Certamente não há ainda a garantia de que caberá a Covas polarizar com Collor. Mas há boas indicações para esta previsão. Lula vem caindo continuamente; tudo indica que está definitivamente excluído. O dr. Ulysses não logrou crescer apesar de toda a imprensa que teve quando da sua escolha e depois da de Waldir Pires; não crescerá mais. As resistências a ele são muito grandes. Os demais pequenos candidatos não têm praticamente possibilidade nenhuma. A única verdadeira alternativa a Mário Covas na posição de candidato oposto a Collor é a de Brizola, que continua em segundo lugar nas pesquisas eleitorais.

Recuso-me, entretanto, a acreditar que a sociedade brasileira, que os eleitores deste país, se deixarão prender na armadilha representada pela dupla Collor-Brizola para o segundo turno. Antes que isto aconteça haverá a polarização em torno de um nome confiável. E esse nome dificilmente deixará de ser o de Mário Covas. (*Istoé-Senhor*, 19 de julho de 1989).

A NOVA ALIANÇA NA ARGENTINA

Tudo indica que o governo Menem na Argentina representa para o populismo peronista o estabelecimento de uma nova aliança. Ao invés da clássica aliança com a burguesia industrial substituidora de importações, protegida, portanto pelo Estado, o que temos agora é uma aliança do peronismo com seus arqui-adversários: os antigos representantes da burguesia mercantil, ou seja, os liberais da grande burguesia internacionalizada e da burguesia pampeana.

A lógica dessa nova aliança é meridiana. A burguesia industrial fracassou quando insistiu em um modelo de desenvolvimento substituidor de importações - e, portanto, em um modelo de estado protecionista - que já se havia esgotado há muito tempo. A grande burguesia internacionalizada, por sua vez, já fracassou no passado mais de uma vez, quando se aliou, por exemplo, com os militares. Mas o fato concreto é que no momento era a única alternativa de poder dado o fracasso da burguesia substituidora de importações. Em um clássico artigo de 1976 Guillermo O'Donnell mostrou como a aliança populista entre a burguesia substituidora de importações e os trabalhadores resultava sempre em crise e na volta ao poder da grande burguesia aliada à burguesia pampeana. Desta vez a novidade está no fracasso de um governo não-populista. A recuperação do poder pela grande burguesia, entretanto, não foge à regra definida por O'Donnell.

Por outro lado é necessário observar que, dentro de limites, a grande burguesia e a burguesia pampeana modernizaram-se na Argentina. Não podem mais ser simplesmente identificadas com o capital mercantil. Não obstante, a receita de liberalismo que não contempla, dialeticamente, a recuperação da capacidade de regulação do Estado, tem possibilidades limitadas de ser bem sucedida. Além disso, ainda não está garantido que teremos na Argentina a política econômica corajosa e pragmática (ao invés de ideológica) que permitirá ao país superar a crise fiscal, sair da hiperinflação e retomar o crescimento econômico há tanto tempo estancado.

Muitas das medidas liberalizantes são bem vindas: maior abertura ao capital estrangeiro, privatização acelerada das empresas públicas, mas levá-las adiante não é fácil. Até que ponto, por exemplo, será levada adiante a liberalização do comércio, que é tão necessária? Essa liberalização não deve ser total, mas deve realmente eliminar o protecionismo exagerado de que se beneficiam muitas empresas na Argentina - aliás como no Brasil.

As medidas fiscais visando eliminar o déficit público são também extraordinariamente bem vindas: elevação violenta das tarifas públicas, elevação dos impostos, generalização da cobrança do imposto sobre valor adicionado, eliminação de subsídios e incentivos fiscais de todo tipo. Preocupa, entretanto, o

problema dos funcionários públicos. Haverá de fato demissões? Fala-se em limitação ao mínimo das demissões. Por que?

No plano da política salarial parece que não haverá loucuras. O aumento generalizado de salários reais prometidos na campanha parece esquecido. O principal item da política salarial é um aumento do salário mínimo extremamente necessário. O aumento concedido, para 45 dólares, revela cautela.

O presente acordo com a grande burguesia era inevitável, mas não pode ser uma rendição. A superação da hiperinflação e a retomada do desenvolvimento só será possível se a nova aliança que ora se estabelece na Argentina incluir um Estado reduzido, enxugado, mas fortalecido depois de saneado. Ora, não creio que Menem conte com uma equipe econômica com a autonomia suficiente para dizer não a seus novos aliados quando for necessário. A grande burguesia e a burguesia pampeana sobem agora ao poder apoiadas na bandeira do estado mínimo. E esta é obviamente uma bandeira que não tem nenhum sentido prático. É meramente ideológica.

Para que a Argentina supere a presente crise existem duas condições de curto prazo: de um lado é necessário conduzir com extraordinária competência a administração macroeconômica do país e de outro é imprescindível grande coragem e firmeza para resolver de vez o problema da dívida externa.

No plano da política macroeconômica, além do congelamento de preços, que já foi decretado, será necessário administrar a política fiscal e a monetária de forma muito firmeza. A taxa de juros real deverá ser elevada - embora nada parecido com os 16 por cento reais mensais do Plano Verão. Deverá haver garantias cambiais para o retorno de capitais, aos quais deverão ser asseguradas taxas de juros claramente superiores às que estão remunerando os capitais argentinos no exterior. Não parece que o governo esteja inclinado a tomar medidas nesse sentido.

Quanto ao novo congelamento, sem dúvida era inevitável, mas um congelamento retroativo de uma semana é muito perigoso. E todos sabemos que um congelamento mal conduzido, seja ele acompanhado de medidas populistas ou ortodoxas (neoliberais) nada resolve.

Por outro lado, em relação à dívida externa, é necessário reduzi-la unilateralmente. Já ficou demonstrado que moratórias envergonhadas, atrasos de pagamento, da mesma forma que acordos convencionais de "dinheiro novo" com os credores, só agravam a situação. No caso da Argentina essa redução unilateral da dívida externa deve ser para cerca de 20 por cento. É tudo que a Argentina poderá pagar, para que seu ajuste fiscal interno (do qual a redução da dívida externa é parte importante) seja bem sucedido. Ora, é pouco provável que Menem siga nessa direção. Dois dos quatro norte-americanos convidados oficialmente para a sua posse eram o presidente e um dos vice-presidentes do

principal banco credor da Argentina. Ao invés de enfrentar os banqueiros o novo governo argentino repete o erro de todos os governos latino-americanos: quer obter sua "boa vontade". É uma loucura que custará caro aos argentino como tem custado caro aos brasileiros.

A condição de médio prazo para o êxito da estabilização da Argentina, além das medidas liberalizadoras, é o restabelecimento do poder do Estado. A presença de um empresário competente no Ministério da Economia é uma garantia de que não serão cometidas nem violências contra o mercado em nome da ortodoxia liberal nem haverá recaídas populistas. Mas o Estado está falido na Argentina e é preciso saneá-lo e reconstituir sua capacidade de intervenção. Este é o grande desafio de Menem e Roig. A aliança com a grande burguesia é essencial mas não é bastante. É preciso agora recuperar o Estado para que essa aliança tenha condições reais de promover em novas bases o desenvolvimento nacional argentino. (*Folha de S.Paulo*, 16 de julho de 1989).

CARO CLÓVIS ROSSI, O ESTADO NÃO MORREU

Caro Clóvis Rossi, você sabe que o considero um dos maiores jornalistas deste país. E um homem público com cujas idéias estou basicamente identificado. Entretanto, quem leu seus artigos na *Folha* relatando a virada para a direita liberal de Menem e relacionando-a com as mudanças aparentemente no mesmo sentido realizadas por Carlos Diaz Perez, na Venezuela, por Patricio Alwyin, candidato das oposições no Chile, e de Mário Covas, candidato do PSDB, no Brasil deve ter ficado com uma visão equivocada do fenômeno. A impressão que se tem da leitura dos seus artigos é a do triunfo da direita, do triunfo das idéias neoliberais favoráveis ao Estado mínimo: "morreu o Estado", constata você, e pergunta em seguida, perplexo: "viva a iniciativa privada?" (*Folha de S.Paulo*, 13 e 14 de julho de 1989).

É claro que você faz essa análise com preocupação. Percebe que essa mudança pode ser fruto do momento, que suas bases podem ser pouco sólidas. Mas afinal sugere, como se fosse uma constatação, o seguinte: já que no plano econômico o Estado foi derrotado pelo mercado, o que resta saber é se a iniciativa privada, sem o Estado, dará conta do recado, se o capitalismo brasileiro e latino-americano conseguirá ser de fato capitalista.

Caro Clóvis, compreendo sua preocupação, o avanço da direita neoliberal é realmente impressionante. Mas não tenha dúvida, o Estado não morreu. A história do Estado mínimo dos neoliberais é mera ideologia. Não há capitalismo forte sem Estado forte. O capitalismo brasileiro está em crise não porque o Estado brasileiro esteja forte, mas porque está fraco, quebrado, e desmoralizado pelo governo que o dirige.

O Estado não morreu. O que está morrendo é o Estado populista e desenvolvimentista. Em qualquer regime capitalista sadio é essencial um Estado forte, que regule e estabeleça parâmetros para o funcionamento do mercado. O mercado resolve apenas parcialmente o problema da produção e jamais foi capaz de resolver adequadamente o problema da distribuição da renda.

Compreendo que você estabeleça uma relação entre a posição de Covas e Alwyin com a mudança de Menem, mas ainda que haja semelhanças a diferença é enorme. Enquanto os dois primeiros representam a visão de uma nova esquerda e estão avisando seus leitores que estão mudando parcialmente sua visão sobre o papel do Estado antes das eleições, ao mesmo tempo que conservam seus compromissos básicos com os trabalhadores no que diz respeito à distribuição da renda e à democracia, Menem só revelou sua mudança depois de eleito, e sua guinada para a direita foi realmente radical, na medida em que estabeleceu uma nova aliança de classes na Argentina (veja meu artigo de 16 de julho nesta *Folha*).

Na verdade, Clóvis, o que está ocorrendo na América Latina, a partir da permanente dialética entre a centro-direita e a esquerda social-democrática, é uma grande reavaliação do seu modelo de desenvolvimento, e, portanto, de seu modelo de Estado, já que o Estado foi desde os anos 30 até os 70 o agente por excelência desse desenvolvimento. O empresariado privado e as empresas multinacionais tiveram também um papel, mas foi secundário em relação ao Estado.

O modelo de Estado que prevaleceu durante todo esse tempo era o do Estado desenvolvimentista, ou seja, do estado protecionista e subsidiador da acumulação privada, e, quando esta era inviável, do Estado investidor direto. Era também um Estado populista na medida em que visava o desenvolvimento sem custos, sem sacrifícios, no qual palavras como "estabilização" ou "ajustamento econômico" eram proibidas. Nesse modelo de Estado o bem-estar social - apesar do distributivismo ingênuo, populista, de alguns de seus participantes de esquerda - e também a ciência e a tecnologia foram deixados de lado.

Não obstante, esse modelo de Estado acabou sendo eficiente em promover altas taxas de crescimento na América Latina e particularmente no Brasil até o final dos anos 70. Mas a custo de distorções crescentes. E a partir

dos anos 80 entrou em crise, deixou de ser um agente do desenvolvimento para se tornar um obstáculo ao desenvolvimento.

Não se pense que esse Estado desenvolvimentista foi construído pela esquerda. Ele foi obra mais da direita do que da esquerda, já que estava destinado fundamentalmente a apoiar a acumulação privada. Paradoxalmente, porém, esse Estado era apoiado ideologicamente mais pela esquerda desenvolvimentista e nacionalista do que pela direita. Esta limitava-se a usufruir os benefícios do Estado, enquanto diretamente, ou através de seus indefectíveis intelectuais orgânicos, repetia um gasto discurso liberal, que, recentemente, vem procurando renovar para transformá-lo no que hoje chamamos de neoliberalismo.

Agora, em toda a América Latina, é preciso reformar esse Estado. É isto que Mário Covas e Patrício Alwyin estão dizendo. Mas é óbvio que não se trata de reformá-lo de acordo com o modelo neoliberal, cuja única experiência prática (e muito limitada) é a do tatcherismo inglês. O modelo liberal do Estado mínimo é mera ideologia, é um mito sem aplicação prática. Todos os grandes países centrais apresentam um alto grau de intervenção do Estado na economia, apesar do discurso liberal da maioria dos seus dirigentes. Em entrevista recente a este jornal José Guilherme Merquior, geralmente considerado um expoente do liberalismo no Brasil, criticava com muito propriedade a "estadofobia" que anda em moda, e declarava que "em todos os países em que o capitalismo revelou maior vigor, especialmente da Segunda Guerra Mundial para cá, como a Alemanha e o Japão, são países nos quais o Estado, longe de se demitir ou desaparecer, o que seria de resto inconcebível, é um Estado forte." (*Folha de S. Paulo*, caderno d', 16.7.89). Alain Touraine, em sua recente estada no Brasil, disse mais. Declarou que o grau de intervenção do Estado na economia nos países centrais não havia diminuído; simplesmente a forma de intervenção havia mudado. Agora o Estado, além de manter sua função de Estado do Bem-Estar, está envolvido em uma espécie de operação de guerra, uma operação voltada para as suas próprias fronteiras: a operação de auxiliar o setor privado a ganhar a batalha da competitividade internacional através de pesados incentivos à ciência e à tecnologia.

Ora, esta crise do Estado desenvolvimentista e populista latino-americano se leva a direita a uma equivocada sensação de triunfo, leva a esquerda a se renovar, a reavaliar suas posições.

Eu próprio já havia feito essa reavaliação em meados desta década. E quando fui ministro da Fazenda, em 1987, tentei pôr em prática as novas idéias. O Estado brasileiro interviu demais, regulou demais. Agora é preciso privatizar e desregular. E é preciso fazer ajustamento fiscal muito forte. Tudo isto para sanear o Estado. Para fortalecê-lo, não para enfraquecê-lo. Fraco, impotente, imobilizado, porque inchado, porque desforme, porque financeiramente quebrado, está hoje o Estado brasileiro. Depois de reduzido em suas dimensões

e saneado financeiramente ele se tornará novamente ágil e forte, e será capaz de realizar seu papel de distribuir renda via gasto social e de dar apoio ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional voltada não para a reserva de mercado mas para a competitividade internacional. E assim o Brasil poderá recuperar a estabilidade de preços e retomar o desenvolvimento econômico. (*Folha de S. Paulo*, 21 de julho de 1989).

CUMPLICIDADE GENERALIZADA

De volta do Japão, onde o partido do governo sofreu uma fragorosa derrota nas eleições para o Senado devido, em grande parte, às denúncias de corrupção que pesaram sobre seus dirigentes, verifico que no Brasil a cumplicidade com a corrupção, com a desonestidade, com o suborno, com o assalto ao Estado praticado por funcionários e empresários continua generalizada - e impune. Impune exatamente porque a cumplicidade é geral, porque todos ou um enorme número de pessoas neste país é "compreensiva" com esses problemas, porque, afinal, "já que há tantos se beneficiando por que punir apenas alguns?", e, no fundo, porque "se hoje fulano for punido, amanhã poderei ser eu, ou meus parentes e amigos mais próximos".

O caso mais patente dessa cumplicidade geral está na candidatura de Collor de Mello. A imprensa - e particularmente Gilberto Dimenstein na *Folha de S. Paulo* - vem fazendo com muito coragem uma série de denúncias para as quais o candidato não tem nenhuma resposta razoável. Os recursos do estado de Alagoas foram usados para presentear amigos e correligionários, uma loja de parentes foi usada para a realização dos gastos, contratos de assessoria foram realizados sem concorrência, os usineiros foram beneficiados com acordos absolutamente lesivos para o estado, os débitos das empresas de rádio e televisão da família do candidato foram pagos com generosos anúncios do Estado. Todas essas denúncias foram documentadas. Não há dúvida sobre sua veracidade. E qual é resposta que vemos dos eleitores, dos empresários e dos políticos?

A resposta dos eleitores que já tomaram conhecimento das denúncias é a de que elas não foram ainda comprovadas. Ou que talvez não sejam pecados muito graves. A resposta dos empresários que estão perfeitamente a par das denúncias, mas já começam a apoiar o candidato, é de que "essas denúncias não tem muita importância". O raciocínio dos políticos nas mesmas circunstâncias é

exatamente o mesmo. Na verdade, em comparação com o oportunismo desses senhores, para os quais o que interessa é apoiar o candidato com maiores chances de vitória, as denúncias são realmente menores...

Mário Covas observa em uma entrevista recente que os escândalos se sucedem no Brasil, a partir de denúncias da imprensa, mas ninguém vai para a cadeia. Só vão para a cadeia os pequenos ladrões, os estelionatários de segunda. Quando se viu políticos importantes e reconhecidamente corruptos irem para a cadeia? Quando se viu irem para a cadeia empreiteiros, fornecedores e banqueiros que corrompem sistematicamente funcionários das empresas estatais e políticos, pelos quais são, por sua vez, chantageados? Não tenho conhecimento de um caso.

Por que isto acontece? Seria porque os sistema de justiça - os delegados, promotores e juizes - são lenientes para com a corrupção? Esta é sem dúvida uma explicação, embora tenhamos vistos nos últimos tempos alguns homens e mulheres extremamente corajosos nesta área. É, entretanto, uma explicação parcial.

A leniência, a cumplicidade mesmo para com a corrupção é muito mais geral neste país. Em um país em que os desequilíbrios sociais são tão grandes - incrivelmente maiores do que no Japão, por exemplo - a cumplicidade das elites é inevitável. E o conceito de elite é muito amplo. Inclui todos os que participam de alguma forma do poder econômico e político, e acaba contaminando o próprio povo, a massa dos eleitores. (*IstoÉ-Senhor*, 23 de agosto de 1989).

POPULAR SEM POPULISMO

O desafio que a candidatura de Mário Covas enfrenta neste momento é o de conseguir popularizar-se sem apelar para o discurso populista. Dessa maneira poderá o candidato do PSDB superar Brizola e conseguir passar para o segundo turno.

Até o momento a campanha presidencial vem sendo dominada por dois candidatos populistas. Collor representa o populismo de direita, cujo modelo foi definido por Jânio nos anos 50. É um populismo baseado na mensagem moralista, no combate à corrupção. O populismo de esquerda é encarnado por Brizola. Ao invés de prometer a eliminação da corrupção, promete o

desenvolvimento nacional e a distribuição de renda. Os dois populismos são personalistas e mágicos: não há partidos nem idéias ou programas atrás dos candidatos; existe apenas o candidato (que no caso de Collor não tem nenhuma nitidez) e uma promessa mágica de solução de todos os problemas.

Estas duas propostas populistas representam um enorme risco para o país. Sua eleição é um passo no escuro. É impossível prever o que ocorrerá caso um desses dois candidatos seja eleito. O governo populista só logra êxito - e um êxito sempre limitado no tempo - quando encontra o país em uma situação econômica favorável, que lhe dá uma certa margem para por em ação seu distributivismo ingênuo e seu desenvolvimentismo a qualquer preço. São especialmente importantes reservas internacionais elevadas. Quando elas não existem, o regime populista tem vida muito curta.

É dentro desse quadro sombrio que a candidatura de Mário Covas continua a apresentar possibilidades concretas. Com a queda de Lula e de Ulisses, Covas disputa agora o terceiro lugar com Maluf. Sabemos, entretanto, o quanto são limitadas as possibilidades de Maluf, dada a rejeição que cerca a sua candidatura. Por isso, vai se tornando cada vez mais claro que Covas é a única alternativa real ao populismo de Collor e Brizola. Ora, no momento em que isto se tornar definitivamente claro, as perspectivas de uma polarização em torno de seu nome de todos os que rejeitam aquelas duas candidaturas é muito provável.

Para que isto ocorra será necessário que haja uma maior popularização do discurso de Covas. Usando uma terminologia de *marketing*, no primeiro semestre houve uma preocupação em fazer o "trading up" de sua candidatura. Um programa extremamente sério, sem nenhuma concessão ao populismo, foi o principal instrumento dessa fase. Seu êxito pode ser medido pelo prestígio que apresenta Covas entre os formadores de opinião, ou seja, entre os eleitores mais educados e mais influentes. Agora é necessário processar o "trading down" da candidatura. É necessário popularizá-la.

A receita para essa popularização não é fácil. Teremos que contar com o conselho dos profissionais de comunicação, mas papel fundamental caberá à intuição do candidato. Covas tem uma enorme capacidade de comunicação quando deixado por conta própria. É capaz de inspirar confiança e segurança nos eleitores como ninguém. Seu discurso precisa agora exprimir com muita simplicidade um projeto nacional e popular. Se for bem sucedido nessa tarefa, terá amplas possibilidades de disputar o segundo turno. (*Isto É-Senhor*, 06 de setembro de 1989).

AS DUAS CRISES DA POLÔNIA

Ao contrário do que sugere o noticiário da imprensa, a Polônia enfrenta nos anos 80 duas crises e não apenas uma. O drama do povo polonês não se resume apenas à crise do comunismo. Tão ou mais grave é a crise da dívida externa que a Polônia vem enfrentando. O "sindicato" Solidariedade transformou-se afinal em um partido político e assumiu o poder na Polônia. Apenas os ministérios da Defesa e do Interior (segurança interna) ficaram para os comunistas. Se a crise da Polônia derivasse apenas do estatismo, se fosse uma crise econômica e política derivada unicamente da ineficiência econômica e do autoritarismo político estatista, o Solidariedade não teria dificuldade em enfrentar e superar essa crise. A oposição poderia vir a burocracia comunista ou da União Soviética. Jamais de dentro do próprio país. Jamais dos próprios poloneses inconformados com a incapacidade de o novo governo resolver a crise econômica. Bastaria caminhar em direção ao capitalismo para que os problemas fossem resolvidos. A questão, entretanto, não é tão simples porque existe também uma enorme crise da dívida externa. E a probabilidade de que o Solidariedade fracasse por não conseguir enfrentar esse problema é muito grande.

Para o mundo capitalista é muito fácil atribuir todos os males da Polônia ao comunismo. Entretanto, se examinarmos com mais atenção o que está acontecendo nos países do leste Europeu, veremos que apenas em três países há uma grande crise econômica que vai se transformando em crise política: a Polônia, a Hungria e a Iugoslávia. É nesses países que os padrões de vida estão em franco declínio e a inflação cresce assustadoramente. Os demais países do leste europeu apresentam problemas, enfrentam dificuldades derivadas da ineficiência e do autoritarismo comunista, mas não se pode dizer que estejam imerso em uma grande crise. E a União Soviética, através da perestroika e da glasnost, está enfrentando as crises normais de uma grande transformação.

Ora, o que há de comum naqueles três países, além do comunismo - na Iugoslávia, por sinal, já bastante mitigado - é uma enorme dívida externa. É essa dívida externa, contraída durante os anos 70, que está desorganizando as economias desses países, provocando enorme transferência de recursos, uma crise fiscal, e ameaçando esses países com a hiperinflação. Esse quadro é, aliás, extremamente parecido com o existente nos países da América Latina que se endividaram também nos anos 70.

Em vista disto, a probabilidade que o Solidariedade fracasse em sua tarefa, se não tiver a coragem de enfrentar com firmeza a crise da dívida externa, é enorme. Da mesma forma que na América Latina os novos regimes democráticos chegaram ao poder em função da crise da dívida externa e em seguida fracassaram por não terem sido capazes de resolver o problema, o

Solidariedade está assumindo o governo da Polônia em função dessa crise mas não parece estar preparado para enfrentá-la.

O sinal dessa falta de preparo está no fato de que o Solidariedade está contando com a boa vontade dos governos dos países credores. Ora, jamais será através dessa "boa vontade" que o problema será resolvido. Os dirigentes dos Estados Unidos, da Alemanha, da França e da Inglaterra visitaram a Polônia, mostraram naturalmente toda a simpatia para com o Solidariedade, mas em termos de apoio financeiro para resolver o problema da dívida pouco ou nada fizeram. Não fizeram nem farão. Estão muito preocupados com seus problemas internos para agir de forma diferente.

Os dirigentes do Solidariedade, entretanto, da mesma forma que as elites empresarias na América Latina, têm medo de enfrentar os bancos credores. Querem a integração da Polônia com a economia dos países capitalistas desenvolvidos, e imaginam que para obter essa integração precisam "tratar bem os bancos credores", de forma a lograr "a boa vontade dos seus governos". Não percebem que os bancos credores não representam os interesses de seus países, ignoram que nos países credores já existem amplos setores favoráveis à redução da dívida dos países altamente endividados. E principalmente não sabem que a desejada integração no Primeiro Mundo não se consegue através do pedido de boa vontade, mas como resultado da retomada do desenvolvimento com estabilidade de preços. (*Folha de S.Paulo*, 13 de setembro de 1989)

AS PALAVRAS E OS FATOS

Quem assistiu às apresentações de Mário Covas e de Fernando Collor no "Palanque Eletrônico" da rede Globo ficou impressionado com a similaridade de pontos de vista dos dois candidatos, principalmente em relação aos problemas econômicos. Ambos estão preocupados com a crise fiscal, ambos colocam como prioridade a eliminação do déficit público, ambos advogam a redução da dívida externa através de medidas unilaterais se necessário, ambos estão preocupados com o inchaço do Estado, ambos são favoráveis à privatização. Para quem ajudou, como é o meu caso, a preparar o programa econômico de Mário Covas, a verificação de que o candidato na dianteira das prévias eleitorais adota posições semelhantes poderia ser reconfortador. Mas não é. Não é porque sabemos que existe uma enorme diferença entre as palavras e a ação. O discurso dos candidatos é sem dúvida importante. Mas mais importante é saber se o

candidato é sincero, se acredita realmente no que diz, se terá a firmeza e a coragem necessárias para por em prática o ajuste fiscal que o país necessita, e se contará com a equipe necessária para governar.

Fernando Collor deriva sua posição privilegiada nas prévias eleitorais de seu discurso contra o governo Sarney e contra o uso privado de recursos públicos representado pelos "marajás". Covas também tem uma posição muito clara contra o governo Sarney e contra a corrupção. Vejamos, porém, os fatos.

Foi em 1987 que a oposição de Covas e de Collor se manifestou contra o governo Sarney. Qual delas, entretanto, foi mais efetiva? Qual delas incomodou mais o Planalto? Collor, naquele momento, havia acabado de ser eleito governador do Ceará, e esteve inúmeras vezes no Planalto. Incomodou em certos momentos o Planalto, mas de forma muito limitada. Em contrapartida, Covas era o líder do PMDB na Constituinte. E desde o início do ano adotou uma posição firme a favor dos quatro anos para Sarney. Em consequência foi transformado pelo Planalto no arqui-inimigo. Sofreu inúmeras perseguições. Antes de 1987 poucas vezes fora ao Planalto; a partir de então não foi mais.

Outra comparação. Collor derivou seu prestígio da fama de "caçador de marajás". Ou seja, o homem zeloso dos recursos públicos. Mas qualquer comparação isenta entre o seu governo em Alagoas e a administração de Covas na Prefeitura de São Paulo demonstrará que a diferença foi enorme. Onde não houve empresguismo, onde não houve uso de recursos públicos para propaganda pessoal, para financiar sua campanha eleitoral e para atender a amigos e parentes foi na Prefeitura de São Paulo, não no Estado de Alagoas.

Estas duas comparações nos informam que pode haver uma distância muito grande entre os discursos e os fatos. Os discursos tendem a igualizar-se, na medida em que os candidatos procuram se aproximar da média da opinião público. Mas não há nenhuma razão para imaginar que as ações acompanharão os discursos. Apenas em alguns casos temos discursos claramente diferentes. Por exemplo, Collor diz que não é político, que nada tem a ver com a política; Covas se afirma político, apenas distinguindo os políticos com P maiúsculo dos políticos fisiológicos. Neste caso seria interessante saber quem está afirmando a verdade...

Seria interessante também saber se a verdade acaba prevalecendo nas eleições. Tenho minhas dúvidas. Mas no fundo compartilho daquela crença de Lincoln de que é possível enganar alguns por algum tempo, mas é impossível enganar a todos durante todo o tempo. (*IstoÉ-Senhor*, 20 de setembro de 1989).

A OPORTUNIDADE DE MÁRIO COVAS

O declínio da candidatura Collor abre uma oportunidade para todos os candidatos, mas abre especialmente uma oportunidade para Mário Covas. Nesta campanha presidencial os entusiasmos iniciais vão cedendo às convicções formadas. E é a partir desse mudança que o candidato do PSDB vê crescer suas possibilidades de chegar ao segundo turno e ser eleito.

A candidatura de Collor vai se esvaziando rapidamente, na medida em que os eleitores vão se dando conta de que o "anti-político" é na verdade um político dos mais tradicionais, que o "anti-fisiologismo" está marcado por todo tipo de clientelismo, que o "anti-marajás" emprega marajás, que o "anti-status quo" é na verdade o representante por excelência dos interesses mais antigos e melhor estabelecidos neste país.

Na medida em que se esvazia a candidatura Collor, a tendência inicial é a de uma grande indefinição. Brizola conserva seus bastiões no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, mas não tem chance de crescer. As desconfianças quanto a seu populismo vazio de propostas é muito grande. De nada adianta que na TV uma das seções tenha o título "Programa", já que nada é dito. Maluf está por demais comprometido com a direita e com a corrupção para ser levado a sério. Procura compensar sua frieza e sua antipatia com uma enorme determinação e com um populismo grosseiro, mas está claro que não sairá de onde está. Afif vem crescendo, mas seus limites também são muito claros. É um Maluf modernizado, tão de direita e tão populista quanto Maluf. Na Constituinte omitiu-se em praticamente todas as questões controversas, conseguiu seus dez minutos na TV de maneira pelo menos suspeita, mas é mais simpático e menos comprometido do que Maluf. Tem conseguido penetrar na classe média de direita, mas dificilmente conseguirá chegar ao povo, já que só tem, na verdade, uma mensagem coerente para a pequena burguesia.

Dos candidatos com possibilidades de chegar ao segundo turno resta, portanto, Mário Covas. Ele tem todas as possibilidades de crescer, não apenas a partir da queda de Collor mas também contando com a definição dos indecisos. O grau de rejeição de Covas é muito pequeno. Em grande parte porque ele é o único dos cinco candidatos que não tem telhado de vidro. E não ter telhado de vidro é muito importante neste momento da campanha, quando as denúncias se multiplicam.

Em uma pesquisa recentemente publicada por esta revista verificou-se que Mário Covas, no segundo turno, venceria todos os demais candidatos exceto Collor. E perderia de Collor por uma pequena margem. Agora, com a queda de Collor, provavelmente nem dele Mário Covas perderia. Por que esta posição privilegiada de Covas? Por duas razões: porque ele é o candidato de centro-esquerda que está mais identificado com as tendências dominantes da sociedade

brasileira, e porque é ele o candidato que desperta mais confiança, que infunde mais confiança.

Mário Covas não "decolou" até agora apenas porque não conseguiu despertar entusiasmo. Todos sabem que Mário Covas é sério, que Mário Covas é competente, que Mário Covas é confiável. Todos conhecem as posições política e o passado de Mário Covas. E ninguém tem nada a objetar. Existem apenas algumas discordâncias da direita, mas o respeito de todos. Recentemente ele contou na televisão a história do pai que, ao saber que a filha quer ser casar, precisa obter informações sobre o pretendente. E sugeriu que os eleitores precisam agir como o pai da noiva. As informações sobre Mário Covas estão todas disponíveis. Entusiasmo, nesta eleição, só Collor despertou em um certo momento. Mas já acabou. Agora o que vão contar são as qualidades pessoais comprovadas e os compromissos políticos dos candidatos, a coerência dos programas de governo e a capacidade das equipes que apóiam cada candidato. Por isso esta é a oportunidade de Mário Covas. (*Isto É-Senhor*, 11 de outubro de 1989).

PLANO DE EMERGÊNCIA DOS CANDIDATOS

Pede-se aos candidatos um plano de emergência. Pergunta-se o que farão no primeiro mês depois de assumirem a presidência. E com esta pergunta pretende-se testar o candidato. Saber se ele terá condições de enfrentar a crise aguda do momento. Tenho sérias dúvidas de que esta seja uma boa forma de avaliar candidatos. Já deve ter ficado claro que eles são capazes de dizer qualquer coisa para conseguir alguns votos. Conforme tem observado Mário Covas, dizer em termos gerais o que é preciso fazer não é o maior problema. Difícil mesmo é ter a liderança política e a firmeza moral para tomar as medidas necessárias e para conseguir o apoio a essas medidas.

As medidas de emergência dependerão do estado da economia no momento da posse. Tecnicamente é provável que já estaremos em hiperinflação. É quase certo que em março a inflação mensal já terá superado a marca dos 50 por cento. Mas em termos reais é bem possível que continuemos em uma situação de hiperinflação indexada, semelhante ao atual, em que essa taxa de inflação altíssima não significa nem a explosão nem a enorme instabilidade das taxas de inflação que caracterizaram as hiperinflações melhor conhecidas.

Todos sabem que um quadro desse é insustentável e que o presidente terá que tomar medidas duras para fazer frente à crise. Todos sabem que um ajustamento fiscal radical, do qual fará parte a redução unilateral da dívida externa, será inevitável. A dívida interna, que tanta preocupação causa entre os empresários, não precisará ser consolidada, muito menos sofrer um processo de moratória interna. Mas o déficit público - que está na base da inflação e é, ao mesmo tempo, consequência dela - terá que ser eliminado de vez. E os agentes econômicos terão que ficar convencidos de que o novo presidente conseguiu este resultado para que o plano de estabilização possa ser bem sucedido.

Para obter o apoio do Congresso e da sociedade em geral para seu programa de ajustamento fiscal não basta que o presidente tenha a legitimidade da eleição popular. Precisarás mais. Será necessário que ele se disponha a realizar um governo de união nacional. A característica mais importante de um plano de emergência não é esta ou aquela decisão sobre o que fazer, mas a obtenção de uma verdadeira união nacional diante de uma crise muito grave.

Mário Covas tem insistido nessa idéia. A união nacional começa pela nomeação do ministério, que definitivamente não poderá ser um ministério partidário. O partido vitorioso será o núcleo do governo. Mas o ministério deverá ser, necessariamente, um ministério representativo de toda a nação. Um ministério que englobe partidos de esquerda e de direita, empresários e trabalhadores.

Em certos momentos, quando uma sociedade encontra-se relativamente estabilizada, o resultado de uma eleição pode se traduzir na formação de um governo partidário, que represente apenas a coalisão vencedora. Não é este o caso do Brasil hoje. O presidente que chegar ao poder com uma visão setorial, partidária, estará fadado ao fracasso. A crise é tão grave, os riscos de uma hiperinflação desestruturadora do sistema econômico e do regime político são tão sérios, que só um governo de união nacional, que reúna todos os setores representativos da sociedade, poderá fazer frente a ela. Ao presidente caberá a liderança das ações no plano econômico, mas sua responsabilidade principal será a de assegurar essa união nacional, que só é necessária e viável em momentos em que toda a nação está ameaçada, como ocorre hoje. (*IstoÉ-Senhor*, 25 de outubro de 1989).

O VOTO ÚTIL PARA COVAS

O primeiro turno das eleições presidenciais ocorrerá dentro em menos de 10 dias. É chegado o momento, portanto, para se pensar no voto útil, no voto dado à segunda opção de cada cidadão, se esta tiver claramente maiores chances de vitória do que a sua própria. O voto útil, até agora, era oportunismo. Aqueles que, para derrotar um candidato que não lhes agradava, se dispunham em votar no candidato com mais possibilidades de vencer, estavam sendo meramente oportunistas. Queriam ficar com o vencedor. A partir desse momento, porém, não se pode mais falar em oportunismo. O voto útil passa a ser uma arma legítima do eleitor.

Nesta eleição em dois turnos o voto útil, dado o fato de que a presença de Fernando Collor de Mello parece inevitável, o voto útil só faz sentido se tiver como objetivo derrotar esse candidato no segundo turno. A pergunta simples a ser feita é portanto: quem, entre os candidatos, tem chance de chegar ao segundo turno e, em seguida, derrotar Collor no segundo turno?

Apesar do crescimento de Covas, Brizola e Lula são ainda aqueles que estão mais próximos do segundo turno, mas não lograrão vencer Collor no segundo turno. Lula não tem praticamente nenhuma chance de vencer no segundo turno. Sua reputação de radical é forte demais em um país em que a hegemonia ideológica da burguesia conduz o eleitorado para uma atitude de prudência conservadora. O veto a Brizola é menos nítido, mas, afinal, é extremamente difícil saber qual dos dois populismos é mais perigoso para o Brasil: o populismo de direita, falsamente moralista e decididamente atrabilhário de Collor, ou o populismo de esquerda, vazio e caudilhesco, de Brizola.

Acresce que tanto Brizola quanto, nas últimas duas semanas, Lula, pararam de crescer. Quem afinal passou a crescer fortemente nas pesquisas é Mario Covas. E as pesquisas deixam claro que se nem Lula, nem Brizola, nem nenhum outro candidato é capaz de vencer Collor no segundo turno, Mário Covas o fará com relativa folga. O baixíssimo índice de rejeição que apresenta em relação a todas as outras candidaturas é uma confirmação deste fato verificado em diversas pesquisas.

Mário Covas tem, portanto, amplas possibilidades de chegar ao segundo turno, quando quase certamente derrotará Collor. Por isso deverá ser o grande beneficiário do voto útil nestas eleições. Os indecisos e os eleitores de Ulysses, de Afif, de Aureliano, de Freire já estão optando por Covas; na véspera do pleito, confirmando-se a virada em curso, uma parte dos eleitores de Brizola e de Lula também poderão optar por Covas.

Embora a opção pelo voto útil de cada eleitor seja fundamental, a "decisão útil" de lideranças políticas expressivas de apoiar Mário Covas poderá também desempenhar um papel decisivo nesta eleição. E esta é também uma possibilidade concreta. Muitos dos líderes políticos mais autênticos do país - políticos de centro-esquerda e também de centro-direita - têm relações de amizade e respeito por Covas. Por uma questão de fidelidade partidária tiveram que ficar com Ulysses ou com Aureliano. Na medida, porém, em que se torna clara a total inviabilidade eleitoral desses candidatos, não será surpresa vermos muitos desses líderes tomarem a decisão de apoiar no primeiro turno o candidato do PSDB.

Estas eleições pareciam, nos primeiros meses da campanha, uma espécie de roleta russa, na qual a irracionalidade e a gratuidade dominavam soberanas. Agora a campanha, embora sem perder inteiramente esse caráter, vai ganhando um mínimo de consistência, na medida em que os eleitores vão conhecendo um pouco melhor os candidatos. Resta esperar que essa tendência se confirme nos próximos dias. (*IstoÉ-Senhor*, 8 de novembro de 1989).

A LÓGICA DA ESCOLARIDADE

Nesta semana, afinal, o povo brasileiro elegerá os dois candidatos que passarão para o segundo turno. A campanha está terminando, os resultados de pesquisas eleitorais não param de sair, mas o resultado continua indeterminado. Mário Covas continua subindo, mas não tem seu lugar ainda assegurado. Por incrível que pareça poderemos ter no segundo turno combinações esdrúxulas, como dois candidatos de direita - Collor e Sílvio Santos - ou dois candidatos de esquerda - Lula e Brizola. Ou uma combinação qualquer dessas duas possibilidades. Ou um candidato de centro-esquerda, Mário Covas, se o bom-senso afinal prevalecer.

Esta imprevisibilidade fez-me muitas vezes comparar estas eleições com uma roleta russa. A explosão da candidatura Collor, em abril e maio últimos, deixou muita gente perplexa e indignada. Agora, como resultado de uma manobra do Planalto, a candidatura Sílvio Santos provoca uma indignação semelhante. São dois arrivistas, sem partido digno desse nome, sem folha de serviços pública. Ambos são candidatos de direita que disputam o mesmo eleitorado: os trabalhadores semi-analfabetos e desinformados que formam o lumpem-proletariado brasileiro. O caso de candidatura Sílvio Santos,

entretanto, é ainda mais grave porque seu nome surge no último momento, como resultado de uma manobra do Palácio do Planalto.

A impressão geral é de que falta qualquer lógica a estas eleições. E, no entanto, não é bem assim. A lógica ideológica, de fato, praticamente não existe, a não ser no veto amedrontado da burguesia a Lula. Se tomarmos um candidato claramente de direita, Maluf, e um claramente de esquerda, Lula, veremos que na última pesquisa da DataFolha o primeiro tinha 7 por cento das intenções globais de voto e 6 por cento das intenções de voto dos eleitores até dois salários mínimos, enquanto que os números respectivos para Lula eram 14 e 12. As proporções entre votos globais e votos dos pobres é rigorosamente igual para os dois.

Existe, entretanto, a lógica da escolaridade, que distingue de maneira muito violenta os candidatos. No quadro relacionei as intenções de voto globais e a dos eleitores com educação superior para os seis principais candidatos, segundo o DataFolha de 4 de novembro, e, em seguida, dividi o segundo dado pelo primeiro para neutralizar as intenções de voto globais e ter um índice da preferência dos eleitores com escolaridade superior expurgado das intenções globais de voto.

INTENÇÕES DE VOTO

	1. Geral	2. Educação Superior	3. Índice (2/1)
Covas	9	21	2,33
Lula	14	16	1,14
Brizola	13	12	0.92
Maluf	7	11	1.57
Sílvio Santos	14	8	0.57
Collor	21	7	0.33

Os dados das duas primeiras colunas já falam por si próprios. Mário Covas é de longe o preferido dos eleitores, embora, no início do mês, ainda contasse com apenas 9 por cento das intenções globais de voto. Mário Covas tem 3 vezes mais intenções de voto entre os eleitores com educação superior do que Collor (21/7). Construindo o índice que neutraliza as intenções globais de voto vemos que Mário Covas tem uma preferência 5,4 vezes maior (2,33/0.33) do que a de Collor.

Uma das explicações para a brutal queda de Collor nas pesquisas é a sua rejeição pelos eleitores com maior escolaridade e portanto melhor informados. Não existe, entretanto, uma correlação direta entre escolaridade e informação.

é uma variável que aumenta a cada dia. Por isso a candidatura Mário Covas continua a crescer. Por isso suas possibilidades de vitória aumentam todos os dias. (*IstoÉ-Senhor*, 15 de novembro de 1989).

APENAS UM PASSO

No plano ideológico, a característica mais marcante destas eleições presidenciais foi o populismo da direita. Sem condições de obter votos através de uma mensagem coerentemente conservadora, a direita optou por uma estratégia demagógica de fazer todas as promessas possíveis aos trabalhadores. Foi essa a mensagem básica de Collor de Mello, de Maluf, de Afif. Prometeram principalmente aumento de salários. Collor de Mello chegou a falar em aumentar a participação dos salários na renda de 33 por cento para 50 por cento no seu governo. A alternativa teria sido uma mensagem conservadora tradicional, baseada nos valores nacionais e familiares e no anticomunismo, ou então uma mensagem conservadora moderna, baseada na crítica a qualquer forma de intervenção do Estado. Afif tentou falar alguma coisa nesse sentido, mas sua mensagem básica foi essencialmente populista, além de ter sido marcada por um apelo sentimentalista que acabou prejudicando-o.

Em um plano mais amplo, estas eleições foram essencialmente democráticas. Cada um de nós pode estar mais ou menos feliz com os resultados do primeiro turno das eleições. Escrevo este artigo ainda sem saber os resultados. Sobre um ponto, entretanto, não pode haver dúvida. Foram eleições democráticas, em que os candidatos tiveram ampla liberdade e oportunidade de expor suas idéias.

Houve um derrotado que todos lamentaram: Ulysses Guimarães. Sua derrota não causou surpresa. O Dr. Ulysses pagou o preço de, para manter a unidade do PMDB, ter dado seu apoio aos cinco anos do Presidente Sarney. Para ele a unidade do PMDB, que certamente seria quebrada caso ele e os demais setores progressistas do partido rompessem com o governo, era o objetivo principal. Mais do que isto: era a condição para a conclusão dos trabalhos constituintes e portanto para que se completasse a transição democrática.

Foi um erro. Um erro de um homem público para o qual a nação brasileira inteira tem um grande débito. O Dr. Ulysses não percebeu que mais

valia, naquele momento, que saíssem do partido os políticos fisiológicos que preferiam continuar associados ao governo. Era melhor que a unidade do partido se rompesse pela saída do que havia de corrompido e clientelista nele. Não percebeu este fato e por isso foi derrotado. Fez, entretanto, uma campanha admirável. E a encerrou com um discurso antológico no horário gratuito. O Dr. Ulysses foi derrotado, mas com estas eleições presidenciais diretas sua luta e a de seus principais companheiros de luta contra a ditadura - Tancredo Neves, Franco Montoro e tantos outros - foi vitoriosa.

Um passo foi dado no caminho da democracia, mas, não tenhamos dúvida, o caminho será longo e cheio de perigos. A democracia brasileira é frágil. Os votos vazios de conteúdo ideológico dados aos candidatos populistas - particularmente a Collor de Mello - são uma indicação dessa fragilidade. Outra indicação é a derrota dos partidos políticos de maior expressão no congresso - o PMDB e o PFL -, que saem dessa eleição em frangalhos. Mas ninguém diga que o povo não soube votar. Mal ou bem, expressou a sua vontade. Vamos agora para o segundo turno para conhecer sua vontade final. (*Isto É-Senhor*, 22 de novembro de 1989).

O PSDB E O SEGUNDO TURNO

O apoio do PSDB a Collor ou a Lula não é uma decisão fácil para o partido. Como se trata de um partido social-democrata, de centro-esquerda, a tendência natural é a do apoio a Lula, mas o radicalismo adotado por Lula na campanha e as resistências ao PT dentro do partido são tão fortes que a alternativa de deixar a questão em aberto, liberando os membros do partido para fazerem individualmente a opção que desejarem, tem fortes possibilidades de sair vitoriosa. O apoio a Collor é inviável não apenas devido ao caráter claramente de direita, mas também ao comprometimento do candidato com os setores autoritários e fisiológicos do país.

O PSDB saiu fortalecido desta campanha. Mário Covas realizou uma admirável campanha. E embora o partido esteja apenas engatinhando, logrou o apoio majoritário da classe média progressista e moderna do país, além de ter constituído uma sólida base popular. Sua campanha foi de uma coerência e de uma firmeza notáveis. Não fez demagogia, não resvalou pelo populismo, não radicalizou, não fez ataques pessoais. Apostou na maturidade do eleitor. Expôs o programa do partido, reafirmou suas convicções éticas mais profundas, e

projetou sua própria personalidade. Durante um período da campanha esta estratégia parecia a alguns uma loucura. Mas era a única estratégia possível para Mário Covas. Nas duas últimas semanas começou uma virada que a candidatura Silvio Santos, ao desviar as atenções, atrapalhou. Mas o PSDB já tem um lugar entre os grandes partidos do país.

Para o segundo turno o favoritismo de Collor é indiscutível. Para que Lula consiga derrotá-lo terá que adotar uma mensagem muito mais universal, muito menos classista do que a que adotou na primeira fase da campanha. Graças a uma estratégia baseada na radicalização, Lula conseguiu superar a crise de sua campanha (em um certo momento chegou a ter 5 por cento das intenções de voto) e lograr quase 17 por cento. Foi o suficiente para passar para o segundo turno. A expectativa, agora, é a de que sua mensagem e seus compromissos mudem radicalmente. Caso contrário não obterá o apoio do PSDB, muito menos do eleitorado brasileiro.

Os temores em relação a Lula por parte da burguesia são obviamente exagerados. Lula não é um radical, radicais são alguns setores minoritários no PT. É preciso, entretanto, que agora fiquem claras suas posições em relação a um grande número de questões que amedrontam os conservadores e afastam os progressistas.

Vivemos hoje um momento de profunda crise econômica. Diante dessa crise é necessário um grande acordo social e um governo de união nacional. Lula e Collor devem mostrar que são capazes de obter esse acordo e realizar um governo que realmente represente a sociedade brasileira e não apenas uma parte dela. O acordo social é mais fácil para Lula, desde que ele decida romper com os setores mais radicais do partido; o governo de união nacional, a única alternativa para Collor. Só através de um grande acordo e de um governo de concentração nacional será possível ao novo governo enfrentar a crise econômica com êxito. Para decidir seu apoio o PSDB deverá levar em consideração a disposição e a capacidade dos dois contendores em relação a esses dois critérios.

Há, entretanto, um terceiro critério importante. O parlamentarismo está no programa do PSDB. Mário Covas comprometeu-se em antecipar o plebiscito sobre o parlamentarismo para 1990. O PSDB deverá discutir com os dois candidatos um compromisso semelhante. Os eleitores brasileiros estão elegendo, por cinco anos, um chefe de Estado, não necessariamente um chefe de governo. O presidencialismo une as duas figuras, o parlamentarismo permite a separação. Manter obrigatoriamente, por cinco anos, uma mesma pessoa nos dois cargos é um risco que o Brasil não pode correr, é um erro no qual não podemos mais incorrer. (*IstoÉ-Senhor*, 19 de novembro de 1989).

O PSDB E O SEGUNDO TURNO

O apoio do PSDB a Collor ou a Lula não é uma decisão fácil para o partido. Como se trata de um partido social-democrata, de centro-esquerda, a tendência natural é a do apoio a Lula, mas o radicalismo adotado por Lula na campanha e as resistências ao PT dentro do partido são tão fortes que a alternativa de deixar a questão em aberto, liberando os membros do partido para fazerem individualmente a opção que desejarem, tem fortes possibilidades de sair vitoriosa. O apoio a Collor é inviável não apenas devido ao caráter claramente de direita, mas também ao comprometimento do candidato com os setores autoritários e fisiológicos do país.

O PSDB saiu fortalecido desta campanha. Mário Covas realizou uma admirável campanha. E embora o partido esteja apenas engatinhando, logrou o apoio majoritário da classe média progressista e moderna do país, além de ter constituído uma sólida base popular. Sua campanha foi de uma coerência e de uma firmeza notáveis. Não fez demagogia, não resvalou pelo populismo, não radicalizou, não fez ataques pessoais. Apostou na maturidade do eleitor. Expôs o programa do partido, reafirmou suas convicções éticas mais profundas, e projetou sua própria personalidade. Durante um período da campanha esta estratégia parecia a alguns uma loucura. Mas era a única estratégia possível para Mário Covas. Nas duas últimas semanas começou uma virada que a candidatura Silvio Santos, ao desviar as atenções, atrapalhou. Mas o PSDB já tem um lugar entre os grandes partidos do país.

Para o segundo turno o favoritismo de Collor é indiscutível. Para que Lula consiga derrotá-lo terá que adotar uma mensagem muito mais universal, muito menos classista do que a que adotou na primeira fase da campanha. Graças a uma estratégia baseada na radicalização, Lula conseguiu superar a crise de sua campanha (em um certo momento chegou a ter 5 por cento das intenções de voto) e lograr quase 17 por cento. Foi o suficiente para passar para o segundo turno. A expectativa, agora, é a de que sua mensagem e seus compromissos mudem radicalmente. Caso contrário não obterá o apoio do PSDB, muito menos do eleitorado brasileiro.

Os temores em relação a Lula por parte da burguesia são obviamente exagerados. Lula não é um radical, radicais são alguns setores minoritários no PT. É preciso, entretanto, que agora fiquem claras suas posições em relação a um grande número de questões que amedrontam os conservadores e afastam os progressistas.

Vivemos hoje um momento de profunda crise econômica. Diante dessa crise é necessário um grande acordo social e um governo de união nacional. Lula e Collor devem mostrar que são capazes de obter esse acordo e realizar um governo que realmente represente a sociedade brasileira e não apenas uma

parte dela. O acordo social é mais fácil para Lula, desde que ele decida romper com os setores mais radicais do partido; o governo de união nacional, a única alternativa para Collor. Só através de um grande acordo e de um governo de concentração nacional será possível ao novo governo enfrentar a crise econômica com êxito. Para decidir seu apoio o PSDB deverá levar em consideração a disposição e a capacidade dos dois contendores em relação a esses dois critérios.

Há, entretanto, um terceiro critério importante. O parlamentarismo está no programa do PSDB. Mário Covas comprometeu-se em antecipar o plebiscito sobre o parlamentarismo para 1990. O PSDB deverá discutir com os dois candidatos um compromisso semelhante. Os eleitores brasileiros estão elegendo, por cinco anos, um chefe de Estado, não necessariamente um chefe de governo. O presidencialismo une as duas figuras, o parlamentarismo permite a separação. Manter obrigatoriamente, por cinco anos, uma mesma pessoa nos dois cargos é um risco que o Brasil não pode correr, é um erro no qual não podemos mais incorrer. (*IstoÉ-Senhor*, 29 de novembro de 1989).

LULA E OS 13 PONTOS

Votarei em Lula não apenas porque sua candidatura representa a opção progressista, mas também porque as perspectivas de governabilidade com ele, ainda que incertas, são maiores do que com Collor. Collor é o candidato do *lunpem*, dos marginais, dos oportunistas, do fisiologismo, do "centrão". É também o candidato da grande burguesia, e de uma parte da classe média tradicional que teme o radicalismo do PT. Em contrapartida, Lula é o candidato dos trabalhadores sindicalizados, das classes médias modernas, dos portadores de diploma superior, e mesmo de setores da burguesia progressista. Entre os eleitores com escolaridade superior Lula tem uma enorme vantagem sobre Collor.

Entretanto, o apoio que Lula está recebendo da classe média progressista, que é melhor representada no Brasil pelo PSDB, é um apoio crítico. Exatamente como o apoio que o PSDB está lhe oferecendo. O PSDB não quer ficar omissos, por isso opta por Lula. Mas só apoiará fortemente Lula se for possível chegar a um programa comum, se o PT concordar em reduzir o radicalismo de alguns pontos do seu programa e principalmente de sua retórica.

A mudança na retórica é mais importante do que mudança de conteúdo pela simples razão que, em termos de conteúdo, as diferenças não são tão grandes. Tomemos, por exemplo, o documento "Os 13 Pontos da Frente Brasil Popular". O ponto 1, que fala em um governo "apoiado no movimento popular" tem sido dado como indicação de que se quer implantar "a república sindicalista" no Brasil. Não há nada disto no documento, a não ser a proposta de um Conselho de Comunicação Social que deveria ser eliminado do documento. O ponto 3, que sumariza a proposta econômica, não faz qualquer referência a um aumento populista de salários. Peca antes pela omissão ao não garantir com mais clareza a atuação das empresas multinacionais e ao não falar em privatização e desregulação como estratégias para vencer a crise fiscal. No ponto 4 a questão da dívida externa é tratada de maneira irrealista. Sem dúvida é preciso manter a suspensão do pagamento dos juros, mas esta suspensão deve ser a base para a negociação de um acordo com os credores. O rompimento com o FMI faz parte de uma velha retórica sem sentido. Ao invés de romper com o FMI devemos usar esta instituição para defender o interesse nacional do Brasil, que é contrário ao da maioria dos bancos credores. O item 6 precisa de mudanças. Manter integralmente o setor produtivo estatal em poder do Estado, quando é o peso desse setor sobre as finanças públicas que o impede de realizar suas funções sociais e de estímulo ao desenvolvimento tecnológico, é um contra-senso; ameaçar os bancos privados de estatização, um despropósito. O próprio PT tirou do seu programa, há algum tempo, a idéia de estatizar o bancos. Por que voltar ao assunto? Na área da educação, por que dizer que os recursos públicos serão aplicados exclusivamente na rede pública de ensino? Por que não incluir também as entidades públicas (verdadeiramente públicas) não estatais, como fazem tantos países democráticos? Finalmente, para que a retórica "anti-imperialista" do último ponto? Por que, ao invés, não afirmar simplesmente que o interesse nacional do Brasil conflita freqüentemente, mas não necessariamente nem em todos os casos, com os interesses dos outros países, e que, portanto, esse interesse nacional será sempre defendido?

Caso Lula e seus companheiros compreendam a necessidade dessas mudanças, suas chances de vencer as eleições e de governar com êxito o Brasil aumentarão muito. Para isto será necessário ter a coragem de mudar. De romper com os setores mais radicais do seu próprio partido. Será necessário fazer o que Felipe González fez na Espanha, há mais de dez anos, quando se dispôs a romper com o seu próprio partido caso este insistisse em uma proposta radical para a Espanha. (*IstoÉ-Senhor*, 6 de dezembro de 1989).

LULA E GOVERNABILIDADE

A grande dúvida sobre as duas candidaturas presidenciais está no problema da governabilidade. O novo presidente assumirá o governo no meio de uma crise econômica sem precedente na história deste país. Os obstáculos objetivos ao sucesso de qualquer governo nessas circunstâncias são portanto enormes. Se somarmos a isto as deficiências dos candidatos e o caráter minoritários dos seus partidos em relação à sociedade civil brasileira, verificaremos que o risco de permanecermos - porque há tempo já estamos - sem governo é enorme.

Votarei em Lula não apenas porque sua candidatura representa a opção progressista, mas também porque as perspectivas de governabilidade com ele, ainda que incertas, são maiores do que com Collor. Nenhum dos dois tem o apoio da sociedade civil, mas está claro que Lula no governo não terá muita dificuldade em obter o apoio dos setores empresariais conservadores que no momento se opõem a ele, caso faça as mudanças de rota para poder governar. Já para Collor a possibilidade de obter o apoio dos trabalhadores e das classes médias progressistas é muito menor. Sua personalidade é imprevisível. Collor é o candidato do *lunpem*, dos marginais, dos oportunistas, do fisiologismo, do "centrão". É também o candidato da grande burguesia, e de uma parte da classe média tradicional que teme o radicalismo do PT. Em contrapartida, Lula é o candidato dos trabalhadores sindicalizados, das classes médias modernas, dos portadores de diploma superior, e mesmo de setores da burguesia progressista. Entre os eleitores com escolaridade superior Lula tem uma enorme vantagem sobre Collor.

Entretanto, o apoio que Lula está recebendo da classe média progressista, que é melhor representada no Brasil pelo PSDB, é um apoio crítico. Exatamente como o apoio que o PSDB está lhe oferecendo. O PSDB não quer ficar omissa, por isso opta por Lula. Mas só apoiará fortemente Lula se for possível chegar a um programa comum, se o PT concordar em reduzir o radicalismo de alguns pontos do seu programa e principalmente de sua retórica.

A mudança na retórica é mais importante do que mudança de conteúdo pela simples razão que, em termos de conteúdo, as diferenças não são tão grandes. Tomemos, por exemplo, o documento "Os 13 Pontos da Frente Brasil Popular". O ponto 1, que fala em um governo "apoiado no movimento popular" tem sido dado como indicação de que se quer implantar "a república sindicalista" no Brasil. Não há nada disto no documento, a não ser a proposta de um Conselho de Comunicação Social que deveria ser eliminado do documento. O ponto 3, que sumariza a proposta econômica, não faz qualquer referência a um aumento populista de salários. Peca antes pela omissão ao não garantir com mais clareza a atuação das empresas multinacionais e ao não falar em privatização e desregulação como estratégias para vencer a crise fiscal. No ponto

4 a questão da dívida externa é tratada de maneira irrealista. Sem dúvida é preciso manter a suspensão do pagamento dos juros, mas esta suspensão deve ser a base para a negociação de um acordo com os credores. O rompimento com o FMI faz parte de uma velha retórica sem sentido. Ao invés de romper com o FMI devemos usar esta instituição para defender o interesse nacional do Brasil, que é contrário ao da maioria dos bancos credores. Não importa que o FMI seja controlado pelos credores. Ainda assim ele e o Banco Mundial podem ser instrumentais para uma negociação soberana do Brasil. O item 6 precisa de mudanças. Manter integralmente o setor produtivo estatal em poder do Estado, quando é o peso desse setor sobre as finanças públicas que o impede de realizar suas funções sociais e de estímulo ao desenvolvimento tecnológico, é um contra-senso; ameaçar os bancos privados de estatização, um despropósito. O próprio PT tirou do seu programa, há algum tempo, a idéia de estatizar o bancos. Por que voltar ao assunto? Na área da educação, por que dizer que os recursos públicos serão aplicados exclusivamente na rede pública de ensino? Por que não incluir também as entidades públicas (verdadeiramente públicas) não estatais, como fazem tantos países democráticos? Finalmente, para que a retórica "anti-imperialista" do último ponto? Por que, ao invés, não afirmar simplesmente que o interesse nacional do Brasil conflita frequentemente, mas não necessariamente nem em todos os casos, com os interesses dos outros países, e que, portanto, esse interesse nacional será sempre defendido? Por que não dizer um "não" ao velho nacionalismo, que vê o imperialismo em toda parte e quer se proteger, se fechar, e outro "não" ao mais velho ainda cosmopolitismo de nossas elites, sempre prontas dependerem da "boa vontade" dos países ricos?

Caso Lula e seus companheiros compreendam a necessidade dessas mudanças, suas chances de vencer as eleições e de governar com êxito o Brasil aumentarão muito. Para isto será necessário ter a coragem de mudar. De romper com os setores mais radicais do seu próprio partido. Será necessário fazer o que Felipe Gonzales fez na Espanha, há mais de dez anos, quando se dispôs a romper com o seu próprio partido caso este insistisse em uma proposta radical para a Espanha.

Afastando o radicalismo do programa e principalmente da retórica, Lula terá condições de fazer o grande acordo nacional que o Brasil necessita para estabilizar sua economia. Terá ainda imensas dificuldades pela frente. Mas dificuldades que poderão ser vencidas em um governo que, ao invés de ser classista, será pluriclassista, ao invés de ser sectário, tenderá para a a união nacional. (*Folha de S. Paulo*, 3 de dezembro de 1989, e *IstoÉ-Senhor*, 2 de dezembro de 1989, com o título "Os 13 Pontos do PT").

O CRITÉRIO DA MODERNIDADE

A avaliação das candidaturas à presidência da República pelos eleitores brasileiros está sendo feita neste momento a partir de uma série de critérios. Os mais freqüentemente utilizados são (1) o critério da personalidade, (2) o critério da ideologia e (3) o critério do programa. Neste artigo, entretanto, avaliarei os candidatos segundo um quarto critério - (4) o critério da modernidade - relacionando-o com o critério ideológico e com o da personalidade. O critério dos programas na verdade confunde-se com os demais. Pergunta-se muito "qual é o programa do candidato?", mas na verdade o que se quer saber é qual a sua orientação ideológica e qual o grau de sua modernidade.

Modernidade e ideologia, entretanto, não existem apenas nas palavras. Existem nos apoios do candidato, nos setores da sociedade que servem de base para sua candidatura. Um candidato será de esquerda se seus apoios vierem basicamente dos trabalhadores e da classe média assalariada; será de direita, se seus apoios vierem da classe média e da classe alta proprietária, da burguesia, portanto. Um candidato será moderno se seus apoios vierem do setor moderno da economia; será antigo se vierem dos setores arcaicos.

Mas como definir o setor moderno e o setor arcaico da sociedade brasileira? Não é possível definir em termos de capitalismo, porque toda a economia brasileira é capitalista. Modernos são os setores tecnológica e administrativamente avançados, que, quando produzem bens comercializáveis internacionalmente, são competitivos em relação ao resto do mundo, e, quando produzem bens não comercializáveis, ainda assim o fazem segundo padrões internacionais de competitividade. Tradicionais, mercantis, arcaicos, marginais são os setores atrasados tecnologicamente, que só sobrevivem graças à proteção e/ou os favores do Estado, são os setores cartoriais. E marginais são também os trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos que não têm condições culturais para se integrar no setor moderno (que aliás não tem capacidade de absorver toda a oferta de trabalho do país, residindo exatamente nesse ponto o caráter subdesenvolvido de nossa economia).

A partir dessa definição, e tomando-se os apoios que os dois candidatos obtiveram no primeiro turno, fica claro que Lula é claramente um candidato do setor moderno, ou, mais precisamente, de uma parte do setor moderno - dos trabalhadores organizados e de uma parte da classe média assalariada - já que a outra parte moderna, os empresários, estão excluídos ou se excluíram por motivos ideológicos. Só não são modernos nos apoios de Lula certos setores burocráticos corporativos. Em contrapartida, Collor é o candidato por excelência dos setores arcaicos - dos trabalhadores marginais e da burguesia cartorial apoiada em políticos fisiológicos que lhe garantem a proteção e os favores do Estado.

Os empresários modernos não apoiaram Collor no primeiro turno. Apoiam-no agora porque, do ponto de vista ideológico, se sentem sem alternativas, diante do radicalismo nem tanto de Lula mas do PT. Sugiro, entretanto, que esta é uma avaliação equivocada dos empresários modernos. O risco de Lula não ser capaz, em seu governo, de incorporar a classe empresarial ao mesmo tempo que negocia com ela, existe, mas é pequeno. Como líder de uma parte do setor moderno, Lula tem uma ampla experiência nesse tipo de negociação.

Já o risco de que Collor não consiga nem dialogar muito menos incorporar os setores modernos é enorme. Seu conservadorismo não o ajudará grande coisa, sua personalidade poderá representar um pesado ônus. Ao mesmo tempo que é apoiado pelos setores mais arcaicos da sociedade brasileira, Collor tem insistido que não negocia seu programa, que não transige em suas idéias. Reafirma também que seu compromisso é pessoal e direto com cada brasileiro, em especial com os mais pobres, sem a intermediação de partidos, coligações, acordos. Não teria, assim, qualquer compromisso com os setores que o apóiam. Esse tipo de discurso autoritário tem antecedentes terríveis na história da humanidade. Além de muito antigo significa que o voto representa um cheque em branco. Se o único compromisso do candidato é diretamente para cada um dos eleitores, na verdade o seu compromisso é apenas com um eventual e necessariamente arbitrário projeto pessoal do próprio candidato. (*IstoÉ-Senhor*, 13 de dezembro de 1989).
